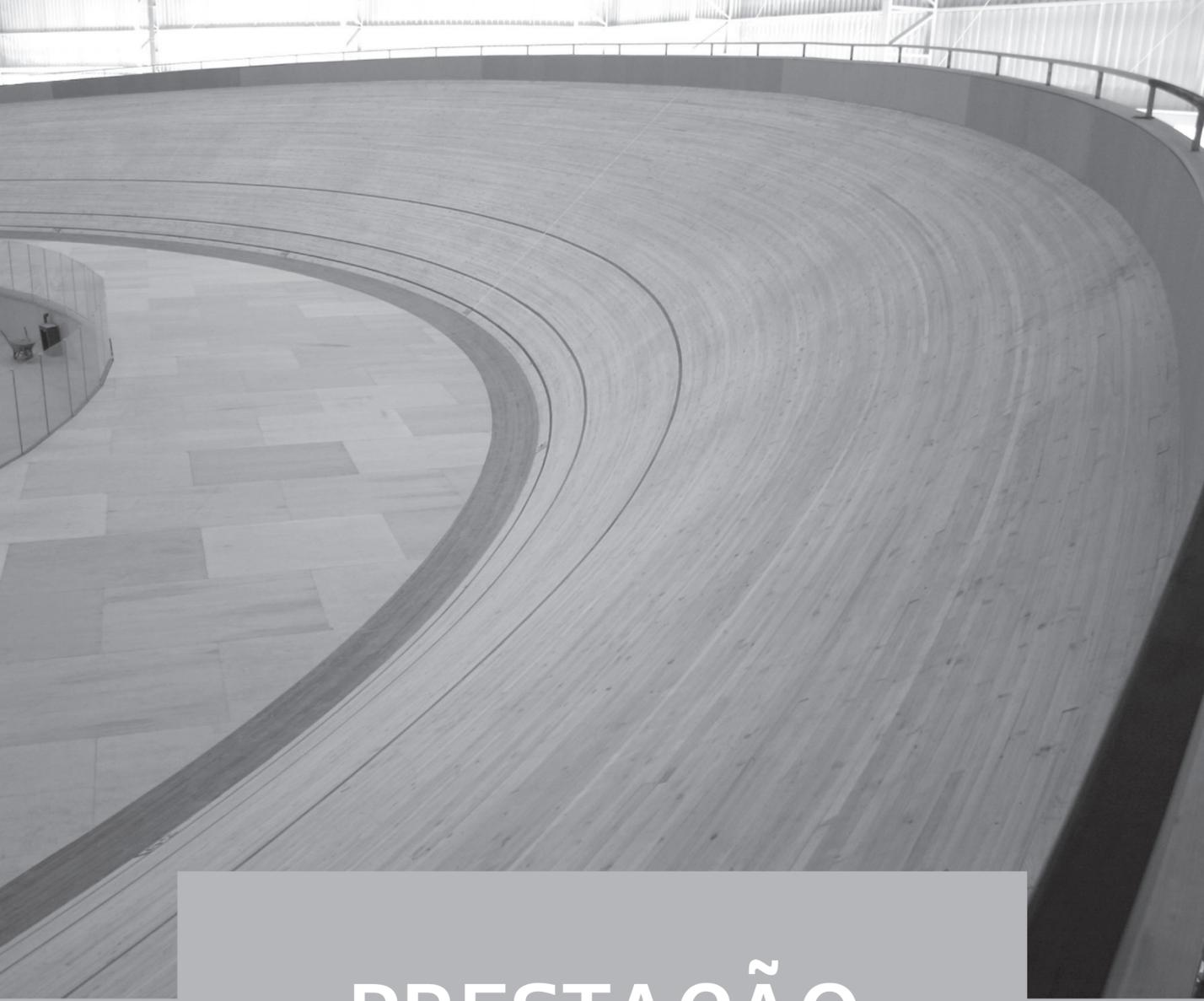


PRESTAÇÃO  
DE CONTAS  
SIMPLIFICADA  
2007

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
CONTROLADORIA GERAL



PRESTAÇÃO  
DE CONTAS  
SIMPLIFICADA  
2007

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
CONTROLADORIA GERAL

# SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	<b>5</b>
<b>Destaques do Período</b>	<b>6</b>
Receitas	7
Despesas	8
Resultado Orçamentário	9
<b>Diagrama da Receita e da Despesa</b>	<b>11</b>
<b>Origens e Comprometimento de Recursos Orçamentários</b>	<b>13</b>
De onde vem o dinheiro?	14
Para onde vai o dinheiro?	15
Demonstrativo de Origens e Comprometimento de Recursos	16
Resultado Orçamentário	17
Evolução da Disponibilidade de Caixa	18
<b>Origens e Comprometimento da Receita Orçamentária</b>	<b>19</b>
Receita Orçamentária	20
Receita arrecadada no período de 2003 a 2007	21
Composição da Receita Tributária	22
Composição das Transferências Correntes da Administração Direta	23
Comportamento da Arrecadação do ISS	24
Comportamento da Arrecadação do IPTU	25
Evolução das Receitas Correntes	26
Evolução das Receitas de Capital	27
<b>Origens e Comprometimento da Despesa Orçamentária</b>	<b>28</b>
Despesa Fixada X Despesa Realizada	29
Despesa realizada no período de 2003 a 2007	30
Composição e Evolução da Despesa Corrente	31
Composição e Evolução da Despesa de Capital	32
Despesa por Órgão	33
Despesa por Função de Governo	35
Composição	36
Evolução Anual	38
Participação Percentual	39
Aplicação de Recursos de Programas de Trabalho Relativos a Projetos	40
<b>Limites Máximos e Mínimos Previstos na Legislação</b>	<b>42</b>
Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	43
Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde	44
Despesa com Pessoal	45
<b>Demonstrativos Contábeis</b>	<b>46</b>
Introdução	47
Balanço Orçamentário	48
Balanço Patrimonial	51
<b>Disponibilidades</b>	<b>52</b>
Composição da Suficiência de Caixa da Prefeitura	53
Metas Fiscais	55
Receita Corrente Líquida	56
Resultado Primário	57
Dívida Consolidada Líquida	59
Gastos com Amortização, Juros e Encargos da Dívida	60
<b>Conclusão</b>	<b>61</b>

# **PRESTAÇÃO DE CONTAS SIMPLIFICADA - 2007**

---

# APRESENTAÇÃO

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro vem se empenhando para aprimorar continuamente os programas e atividades desenvolvidas pela instituição como um todo. Suas atividades meio e fim contribuem mutuamente para o desenvolvimento e a prosperidade de nossa municipalidade. Por meio da diversificação das formas de disseminação das contas públicas municipais se demonstra todo o esforço em promover a transparência da gestão pública responsável em atender os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal e, principalmente, prestar contas ao contribuinte.

Coerentemente com a defesa que se faz da necessidade de transparência no setor público e em atendimento à Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro – art. 97, o qual determina que as contas do Município fiquem anualmente à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro considera indispensável demonstrar em que se constituem e como se desdobram suas próprias atividades nesta *Prestação de Contas Simplificada*.

A *Prestação de Contas Simplificada* enfatiza a necessidade de a contabilidade assumir seu papel social, fornecendo informações gerenciais claras, objetivas e adequadas às necessidades do cidadão, promovendo assim a qualidade e o entendimento das informações prestadas.

Este relatório contém características especiais, pois inclui a movimentação e transações sob o comando da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Objetivando a transparência da gestão pública municipal e utilizando dados extraídos do seu Sistema Contábil, a Controladoria Geral do Município – CGM demonstra de forma simples de onde vêm e como são utilizados os recursos públicos da Cidade do Rio de Janeiro e que tipos de ações e contribuições oferecem à sociedade. Os dados apresentados referem-se aos exercícios de 2003 a 2007. Sob esse aspecto é fundamental a apresentação de alguns destaques que evidenciem a situação econômica, patrimonial e financeira do Município do Rio de Janeiro.

## DESTAQUES DO PERÍODO

---

# RECEITAS

- A inflação acumulada no período de janeiro a dezembro de 2007, apurada pelo IPCA-E, foi de 4,36%. Destacamos este índice pois o mesmo serve de referência para correção de tributos municipais.
- A Receita Total acumulada em 2007 foi de MR\$ 9.514.609; comparada com 2006 (MR\$ 8.703.728), trouxe um acréscimo nominal da arrecadação de MR\$ 810.881, significando um aumento percentual de 9,32%.
- Do total das receitas arrecadadas, 99% são Receitas Correntes e 1% Receitas de Capital.
- As subcategorias que sofreram maior acréscimo foram as Receitas de Serviços (210,21%) e as Transferências Correntes (18,85%).
- A receita que mais se destacou em incremento nominal foi Transferências Correntes da União, com um aumento de MR\$ 573.253, o que corresponde a 75,79% de elevação, basicamente em função do aumento do volume de transferências de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS (MR\$ 562.555).
- O ISS vem crescendo nominalmente em arrecadação de ano para ano. Esta situação se manteve de 2006 para 2007, quando houve um crescimento nominal de MR\$ 275.534, que corresponde a uma variação percentual de 16,18%.
- O comportamento da arrecadação do IPTU demonstra um crescimento constante em valores nominais. Entretanto, em termos percentuais, de 2003 a 2006, a evolução apresenta uma queda progressiva, com um leve aumento em 2007, sendo de 2003 para 2004, 14,69%; de 2004 para 2005, 7,91%; 2005 para 2006, 3,21% e 2006 para 2007, 3,69%.
- As Transferências Correntes apresentaram um aumento substancial de 18,85% em relação ao ano anterior. Ressalte-se que, no período de 2004 a 2005, o grupamento de Transferências Correntes da União sofreu uma redução nominal de MR\$ 326.177 (28,41%) devido à significativa redução dos recursos destinados à saúde, notadamente no que se refere à gestão pública. Os recursos oriundos da União caíram mais ainda em 2006, com um decréscimo nominal de MR\$ 65.644 (7,99%). Entretanto, em 2007, as Transferências Correntes da União apresentaram uma arrecadação no valor de MR\$ 1.329.643 representando um aumento de MR\$ 573.253, ou seja, 75,79% em relação ao exercício de 2006. Este fato suportou os decréscimos nas Transferências Correntes do Estado de MR\$ 63.823 (4,10%) e de Convênios MR\$ 5.726 (7,67%).

# DESPESAS

- No exercício de 2007, o total da Despesa Empenhada foi de MR\$ 9.647.097. Em relação ao ano anterior, quando totalizou MR\$ 8.332.069, a despesa aumentou MR\$ 1.315.028 nominalmente ou 15,78%.
- As despesas ficaram divididas da seguinte forma: 87% em Despesas Correntes e 13% em Despesas de Capital.
- Em 2007, as Despesas Correntes cresceram 14,77%, e as Despesas de Capital 23,16%.
- Em 2007, a Despesa Total com Pessoal e Encargos Sociais cresceu 7,14%, correspondendo a MR\$ 333.251, mantendo-se dentro dos limites permitidos por lei. Cabe ressaltar que desde 2004 a variação percentual da folha de pagamento apresenta redução: de 2004 para 2005, 9,39%; 2005 para 2006, 7,84%; de 2006 para 2007, 7,14%.
- Destacamos também o aumento das Inversões Financeiras, que cresceram MR\$ 32.766, ou seja, 147,82%.
- As despesas efetuadas nas funções de governo "Educação", "Previdência", "Saúde", "Urbanismo" e "Administração" representaram, respectivamente, 18%, 18%, 18%, 9% e 6% do total da despesa empenhada no exercício de 2007.
- Os Investimentos na Cidade do Rio de Janeiro vem aumentando ano após ano. De 2005 para 2006 cresceram 22,52%. De 2006 para 2007, 27,86%; representando um aumento nominal de MR\$ 190.148, devido principalmente ao acréscimo em Obras e Instalações, que apresentou em 2007 um aumento percentual de 28,60%.
- Para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, o limite definido pela Constituição de 1988 é de 25%. Entretanto, no Município do Rio de Janeiro, foram empenhadas despesas que representam 25,29% da receita arrecadada de impostos e transferências, atendendo assim o art. 212 da Constituição Federal e a Emenda Constitucional nº 14 de 12/09/1996.

# RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Confrontando-se a Receita Arrecadada até dezembro de 2007 (MR\$ 9.514.609) com a Despesa Empenhada no mesmo período (MR\$ 9.647.097), apurou-se um Déficit Orçamentário de MR\$ 132.488.

Em 2004 e 2006, a Prefeitura alcançou superávits, enquanto que, em 2003, 2005 e 2007 apurou déficits orçamentários. Esta alternância entre situações superavitárias e deficitárias não é fator relevante na gestão pública, pois o objetivo do poder público municipal não é apresentar superávits ao longo dos exercícios. A relação entre a Prefeitura e o cidadão enfatiza que os recursos arrecadados na sociedade deverão retornar para a mesma. Dessa forma os déficits orçamentários apurados encontram-se amparados pelos superávits financeiros de exercícios anteriores.

A Prefeitura terminou o ano com uma disponibilidade financeira no montante de MR\$ 3.944.524, sendo deste total MR\$ 1.959.334 do regime previdenciário (o que envolve o FUNPREVI) e os restantes MR\$ 1.985.190 de todos os outros órgãos da Prefeitura, incluindo o Tesouro.

Sobre esta disponibilidade, pesa o Passivo Financeiro da ordem de MR\$ 1.472.971, incluindo Restos a Pagar Não Processados, revelando uma suficiência de caixa da ordem de MR\$ 2.471.553.

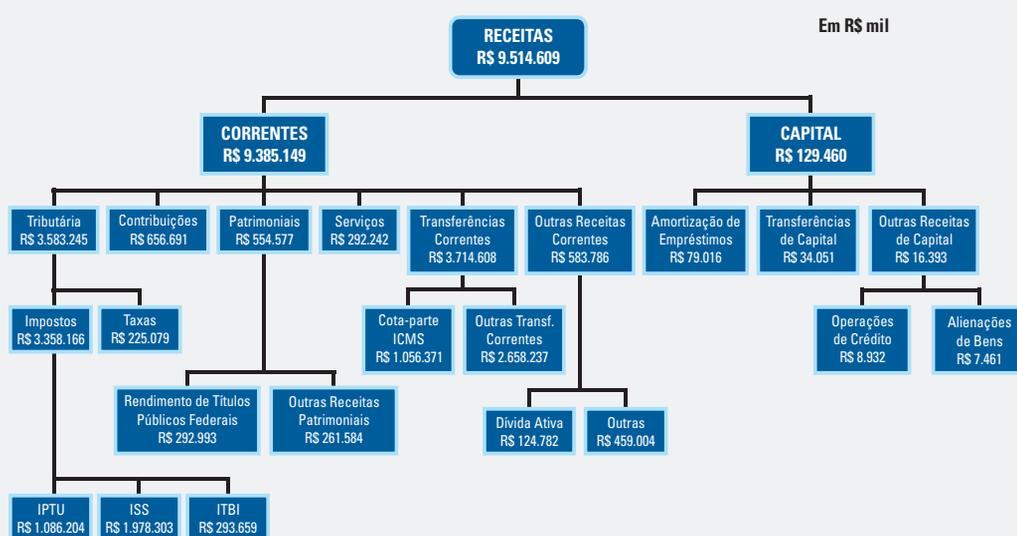
# DIAGRAMA DA RECEITA E DA DESPESA

---

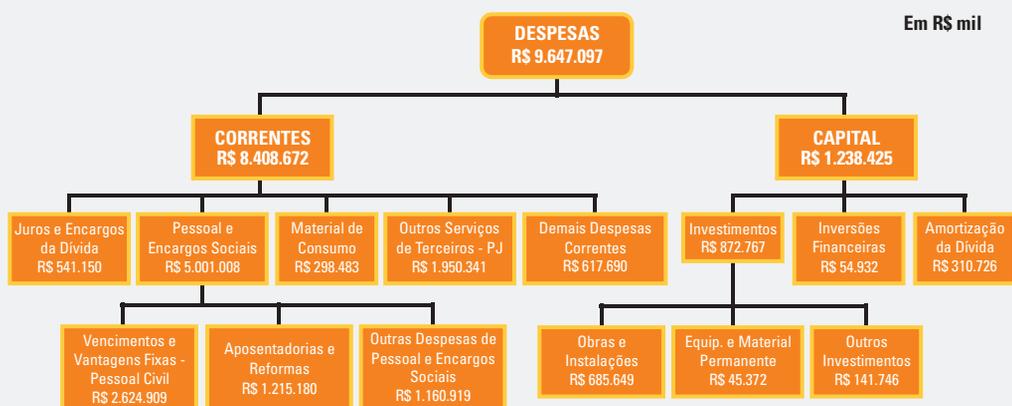
# DIAGRAMA DA RECEITA E DA DESPESA

A execução orçamentária do exercício de 2007 considera as Receitas Arrecadadas e as Despesas Empenhadas de todos os órgãos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, incluindo a Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA EM 2007 ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA



## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA EM 2007 ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA



# ORIGENS E COMPROMETIMENTO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

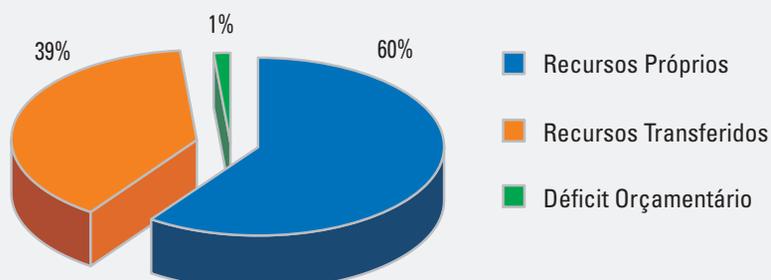
---

# ORIGENS E COMPROMETIMENTO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Nos gráficos a seguir é demonstrado, em percentuais, o comportamento das principais fontes de recursos do Município, bem como as aplicações efetuadas por função de governo. O grau de independência financeira do município, ou seja, o quanto as receitas próprias representam do total da receita arrecadada encontra-se na ordem de 61% em 2007. Esta posição alterou-se levemente em relação ao ano de 2006, onde as receitas próprias estavam em 63% do total arrecadado, o que significa que o Município se vale mais de suas próprias fontes do que da transferência de outras esferas de governo e credores.

# DE ONDE VEM O DINHEIRO ?

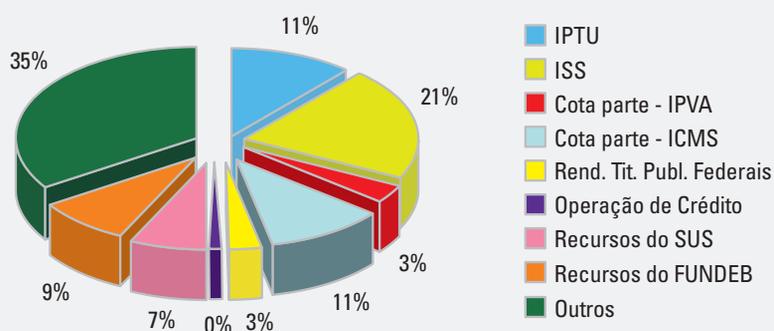
## RECEITA POR ORIGEM DE RECURSOS



Receita por Origem de Recursos		
Item	Valor	%
Recursos Próprios	5.765.950	60
Recursos Transferidos	3.748.659	39
Déficit Orçamentário	132.488	1
<b>Total</b>	<b>9.647.097</b>	<b>100</b>

Em R\$ mil

## RECEITA POR RUBRICA

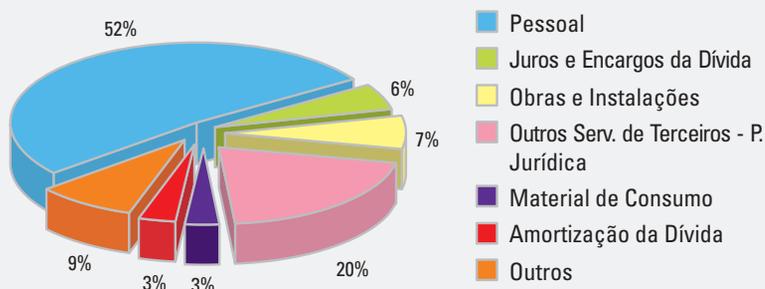


Receita por Rubrica		
Item	Valor	%
IPTU	1.086.204	11
ISS	1.978.303	21
Cota parte - IPVA	322.950	3
Cota parte - ICMS	1.056.371	11
Rend. Tit. Publ. Federais	292.993	3
Operação de Crédito	8.932	0
Recursos do SUS	705.077	7
Recursos do FUNDEB	820.915	9
Outros	3.242.864	34
Déficit Orçamentário	132.488	1
<b>Total</b>	<b>9.647.097</b>	<b>100</b>

Em R\$ mil

# PARA ONDE VAI O DINHEIRO ?

## DESPESA POR NATUREZA

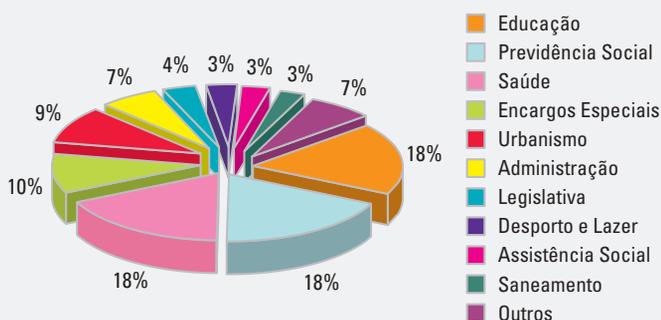


### Despesa por Natureza

Item	Valor	%
Pessoal	5.001.008	52
Juros e Encargos da Dívida	541.150	6
Obras e Instalações	685.649	7
Outros Serv. de Terceiros - P. Jurídica	1.950.341	20
Material de Consumo	298.483	3
Amortização da Dívida	310.726	3
Outros	859.740	9
<b>Total</b>	<b>9.647.097</b>	<b>100</b>

Em R\$ mil

## DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO



### Despesa por Função de Governo

Item	Valor	%
Educação	1.764.970	18
Previdência Social	1.735.526	18
Saúde	1.723.257	18
Encargos Especiais	954.925	10
Urbanismo	913.522	9
Administração	619.500	7
Legislativa	351.430	4
Desporto e Lazer	318.969	3
Assistência Social	306.685	3
Saneamento	255.158	3
Outros	703.155	7
<b>Total</b>	<b>9.647.097</b>	<b>100</b>

Em R\$ mil

Nota: O conceito de despesa na Função Educação não é o mesmo utilizado com "Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino" que pode ser acompanhado na página 32.

# DEMONSTRATIVO DE ORIGENS E COMPROMETIMENTO DE RECURSOS

No quadro abaixo, faz-se uma comparação da Receita Arrecadada (própria e transferida) com a Despesa Empenhada classificada por Função de Governo. As despesas realizadas nas funções de governo representam a atuação da Administração Municipal no desenvolvimento das políticas públicas estabelecidas na Lei de Orçamento.

Em 2007, as funções Educação, Saúde e Previdência Social destacam-se com o percentual de 18% cada no total geral das aplicações. Em seguida apresentam-se as funções Encargos Especiais e Urbanismo com 10% e 10% respectivamente.

Deve-se esclarecer que é na função "Encargos Especiais" onde são classificados gastos gerais de custeio e manutenção, bem como encargos e amortização da dívida interna e externa, dentre outros.

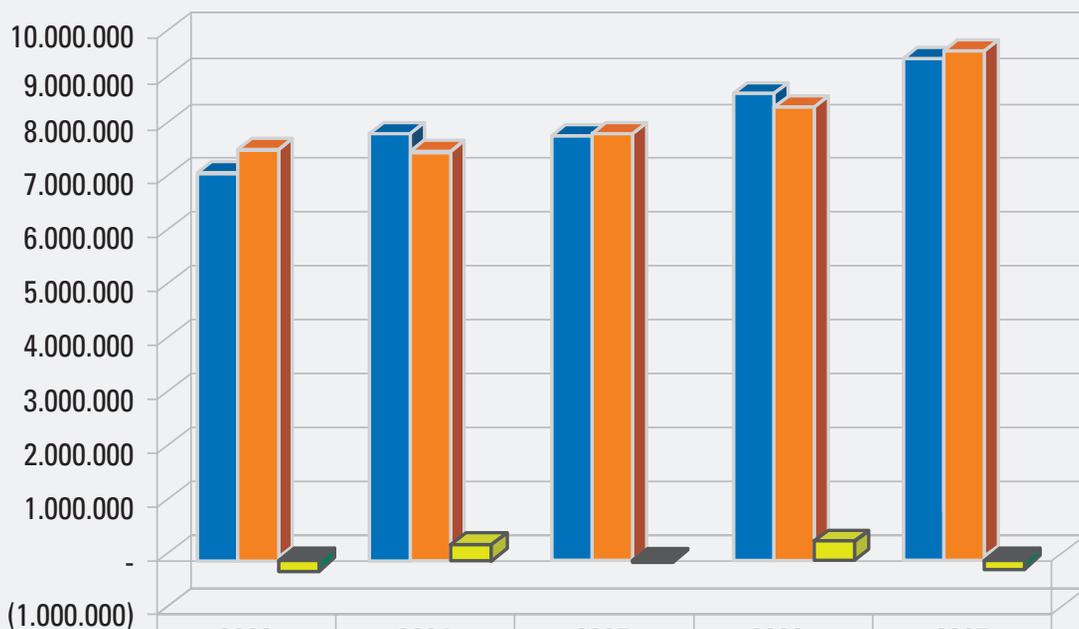
<b>Receita Arrecadada</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
<b>Recursos Próprios</b>	<b>5.765.950</b>	<b>60</b>
<b>Receita Tributária</b>	<b>3.583.245</b>	<b>37</b>
IPTU	1.086.204	11
ISS	1.978.303	21
ITBI	293.659	3
Outras Receitas Tributárias	225.079	2
<b>Rend. Títulos Públicos Federais</b>	<b>292.993</b>	<b>3</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>8.932</b>	<b>0</b>
<b>Outros Recursos Próprios</b>	<b>1.880.780</b>	<b>20</b>
<b>Recursos Transferidos</b>	<b>3.748.659</b>	<b>39</b>
<b>Sistema Único de Saúde - SUS</b>	<b>705.077</b>	<b>7</b>
<b>FUNDEB</b>	<b>820.915</b>	<b>9</b>
<b>Cota-parte IPVA</b>	<b>322.950</b>	<b>3</b>
<b>Cota-parte ICMS</b>	<b>1.056.371</b>	<b>11</b>
<b>Outros Recursos Transferidos</b>	<b>843.346</b>	<b>9</b>
<b>Total da Receita</b>	<b>9.514.609</b>	<b>99</b>
<b>Déficit Orçamentário</b>	<b>132.488</b>	<b>1</b>
<b>Total Geral</b>	<b>9.647.097</b>	<b>100</b>

<b>Despesa Realizada</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
<b>Educação</b>	<b>1.764.970</b>	<b>18</b>
<b>Previdência Social</b>	<b>1.735.526</b>	<b>18</b>
<b>Saúde</b>	<b>1.723.257</b>	<b>18</b>
<b>Encargos Especiais</b>	<b>954.925</b>	<b>10</b>
<b>Urbanismo</b>	<b>913.522</b>	<b>10</b>
<b>Administração</b>	<b>619.500</b>	<b>6</b>
<b>Legislativa</b>	<b>351.430</b>	<b>4</b>
<b>Desporto e Lazer</b>	<b>318.969</b>	<b>3</b>
<b>Assistência Social</b>	<b>306.685</b>	<b>3</b>
<b>Saneamento</b>	<b>255.158</b>	<b>3</b>
<b>Outros</b>	<b>703.155</b>	<b>7</b>
<b>Total da Despesa</b>	<b>9.647.097</b>	<b>100</b>
<b>Superávit Orçamentário</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total Geral</b>	<b>9.647.097</b>	<b>100</b>

Em R\$ Mil

# RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Confrontando-se a Receita Arrecadada até dezembro/2007 (MR\$ 9.514.609) com a Despesa Empenhada no mesmo período (MR\$ 9.647.097), apurou-se um Déficit Orçamentário de MR\$ 132.488.

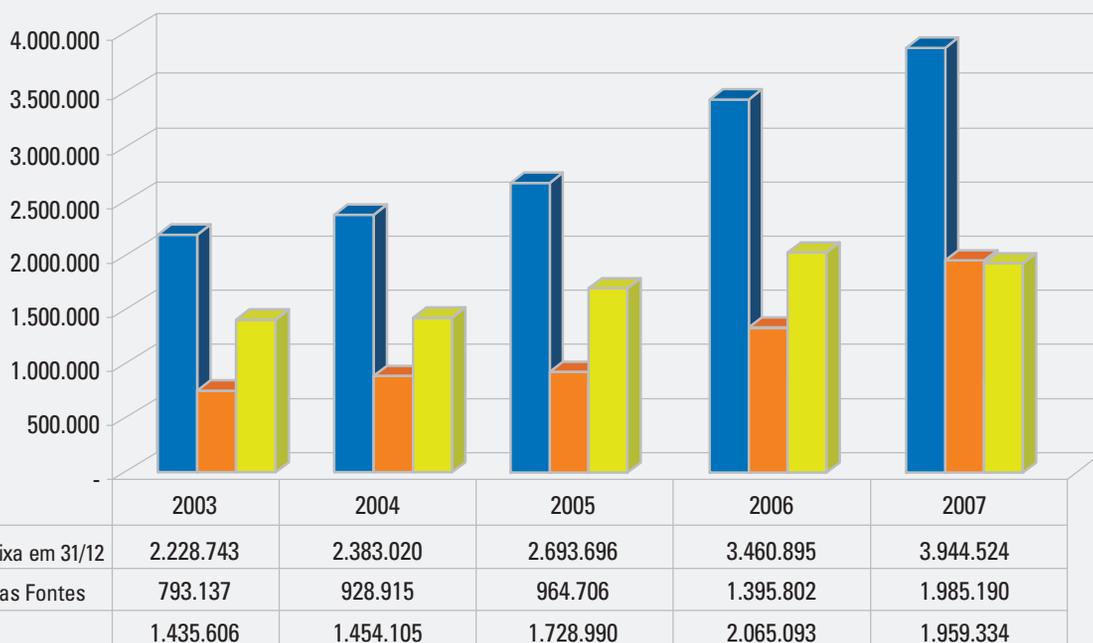


	2003	2004	2005	2006	2007
Receita	6.991.917	7.822.512	7.811.186	8.703.728	9.514.609
Despesa	7.226.030	7.493.598	7.821.735	8.332.069	9.647.097
Déficit ou Superávit	(234.113)	328.914	(10.549)	371.659	(132.488)

Em R\$ mil

# EVOLUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

A Prefeitura terminou o ano com uma disponibilidade financeira no montante de MR\$ 3.944.524, sendo deste total MR\$ 1.959.334 do regime previdenciário (o que envolve o FUNPREVI) e os restantes MR\$ 1.985.190 de todos os outros órgãos da Prefeitura, incluindo o Tesouro. Ressaltamos que, na tabela abaixo, a partir do exercício de 2007, os valores do grupo "Outras Disponibilidades Financeiras" passaram a compor o saldo de caixa.



Em R\$ mil

# ORIGENS E COMPROMETIMENTO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

---

# RECEITA ORÇAMENTÁRIA

O art. 11 da Lei Federal nº 4.320/64 estabelece a classificação da Receita Orçamentária nas categorias econômicas Receitas Correntes e Receitas de Capital.

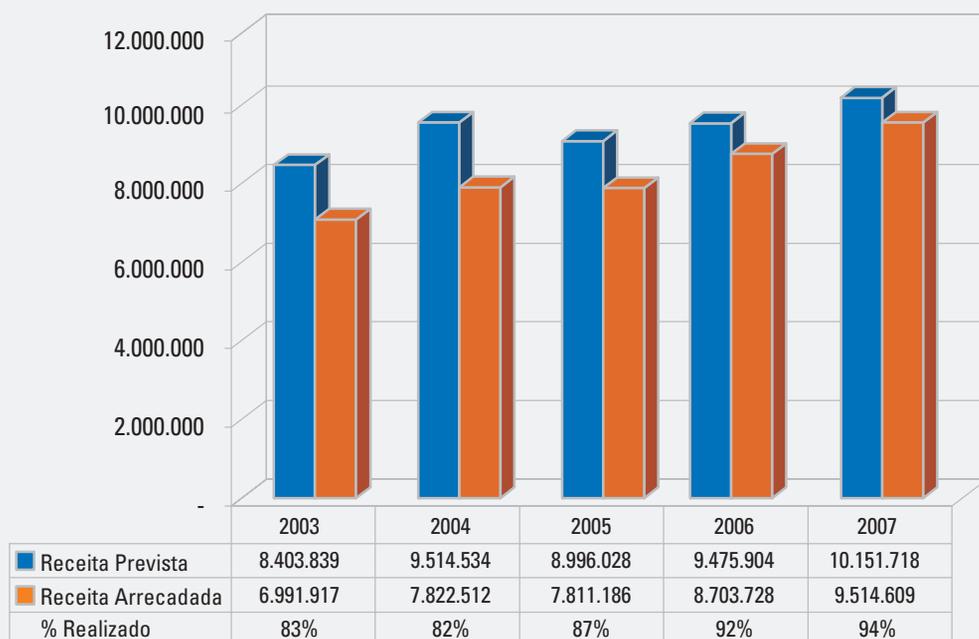
São Receitas Correntes as receitas tributárias, de contribuições, serviços, industriais, patrimoniais, transferências correntes e outras receitas correntes. São Receitas de Capital as provenientes de recursos oriundos das operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos concedidos e outras receitas de capital.

A Receita Orçamentária Total, nos exercícios de 2003 a 2007 é apresentada no quadro abaixo. Podemos observar que em 2007 a receita arrecadada totalizou MR\$ 9.514.609, inferior em MR\$ 637.109 ao valor previsto de MR\$ 10.151.718, correspondente a uma redução de 6,70%.

Comparando os resultados entre os exercícios de 2003 e 2007, notamos que ocorreu alternância na expectativa de realização da receita. O quadro abaixo demonstra essa expectativa desde o exercício de 2003.

A maior parte das receitas do Município é oriunda de tributos (impostos e taxas) e transferências correntes (cota-parte do ICMS e IPVA, FUNDEB, FPM, etc.), que juntas representam 77% do total arrecadado, sendo 38% de receita tributária e 39% de transferências correntes.

## RECEITA PREVISTA X RECEITA ARRECADADA



Em R\$ mil

# RECEITA ARRECADADA NO PERÍODO DE 2003 A 2007

Na tabela a seguir é apresentada a arrecadação da receita nos cinco últimos exercícios, bem como seus percentuais de participação em relação ao todo. Observa-se que o Total das Receitas atingiu em 2007 MR\$ 9.514.609 que, comparado com 2006, apresentou um acréscimo de MR\$ 810.881, o que significa um aumento percentual de 9,32%.

Embora ocorresse uma queda nas Receitas de Capital que, de forma consolidada, decresceram MR\$ 396.284 (75,38%), este aumento nominal teve como principais responsáveis o crescimento das Transferências Correntes, 18,85%; notadamente da União, MR\$ 573.253 (75,79%) basicamente em função do aumento do volume de transferências de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS (R\$ 562.555) e das Receitas de Serviços, MR\$ 198.035 (210,21%), devido a valores recebidos pelo PREVIRO por serviços administrativos prestados ao FUNPREVI.

A Receita Tributária, em 2007, obteve um crescimento nominal de MR\$ 381.587, representando uma variação positiva de 11,92%. O crescimento ficou acima da inflação acumulada no período, tendo os Impostos variado 12,44% e as Taxas 4,70%.

No geral observamos que todos os grupamentos de Receita tiveram aumento. No grupamento das Receitas de Contribuição, nota-se um crescimento nominal de MR\$ 63.000, ou 10,61%. Em Receitas Patrimoniais aumento de MR\$ 26.959, ou 5,11%.

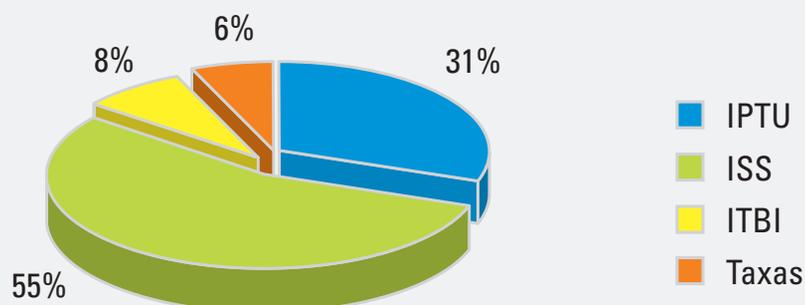
A soma das Receitas Correntes corresponde a 99%, e os restantes 1% correspondem às Receitas de Capital.

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

CATEGORIAS ECONÔMICAS	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>6.991.917</b>	<b>100</b>	<b>7.822.512</b>	<b>100</b>	<b>7.811.186</b>	<b>100</b>	<b>8.703.728</b>	<b>100</b>	<b>9.514.609</b>	<b>100</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>6.607.331</b>	<b>94</b>	<b>7.566.334</b>	<b>97</b>	<b>7.649.368</b>	<b>98</b>	<b>8.177.984</b>	<b>94</b>	<b>9.385.149</b>	<b>99</b>
Receita Tributária	2.329.485	33	2.641.689	34	2.939.726	38	3.201.659	37	3.583.245	38
Impostos	2.163.812	31	2.448.463	31	2.732.686	35	2.986.692	34	3.358.166	35
IPTU	820.152	12	940.599	12	1.014.973	13	1.047.540	12	1.086.204	11
ISS	1.170.704	17	1.324.203	17	1.503.740	19	1.702.769	20	1.978.303	21
ITBI	172.957	2	183.657	2	213.973	3	236.383	3	293.659	3
IVVC	-	0	4	0	-	0	-	0	-	0
Taxas	165.673	2	193.226	3	207.040	4	214.967	3	225.079	3
Receita de Contribuições	409.271	6	496.414	6	526.019	7	593.691	7	656.691	7
Receita Patrimonial	811.127	11	511.561	7	517.691	7	527.618	6	554.577	6
Rendimento de Aplicações Financeiras	430.157	6	308.488	4	41.825	1	3.758	0	2.696	0
Rendimento de Aplicações em Títulos Federais	288.884	4	117.843	2	401.020	5	327.560	4	292.993	3
Outras Receitas Patrimoniais	92.086	1	85.230	1	74.846	1	196.300	2	258.888	3
Receita de Serviços	124.836	2	140.003	2	99.025	1	94.208	1	292.242	3
Transferências Correntes	2.629.191	38	3.134.244	40	2.999.264	38	3.125.394	36	3.714.608	39
da União	949.006	14	1.148.211	15	822.034	10	756.390	10	1.329.643	14
do Estado	1.113.971	16	1.320.976	17	1.451.538	19	1.558.275	18	1.494.453	16
Cota-Parte ICMS	831.751	12	990.847	13	1.008.796	13	1.059.667	12	1.056.371	11
Cota-Parte IPVA	226.900	3	253.167	3	279.083	4	302.149	3	322.950	4
Outros	55.319	1	76.962	1	163.659	2	196.459	2	115.132	1
de Convênios	5.315	0	19.359	0	44.257	0	74.660	0	68.934	0
Outras Transferências Correntes	560.900	8	645.698	8	681.435	9	736.069	8	821.578	9
Outras Receitas Correntes	303.420	4	642.423	8	567.643	7	635.414	7	583.786	6
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>384.586</b>	<b>6</b>	<b>256.178</b>	<b>3</b>	<b>161.818</b>	<b>2</b>	<b>525.744</b>	<b>6</b>	<b>129.460</b>	<b>1</b>
Operações de Crédito	89.991	1	191.638	2	75.086	1	22.840	0	8.932	0
Operações de Crédito Internas	6.258	0	21.815	0	5.515	0	8.617	0	8.932	0
Operações de Crédito Externas	83.733	1	169.823	2	69.571	1	14.223	0	-	0
Outras Receitas de Capital	294.595	4	64.540	1	86.732	1	502.904	6	120.528	1

Em R\$ mil

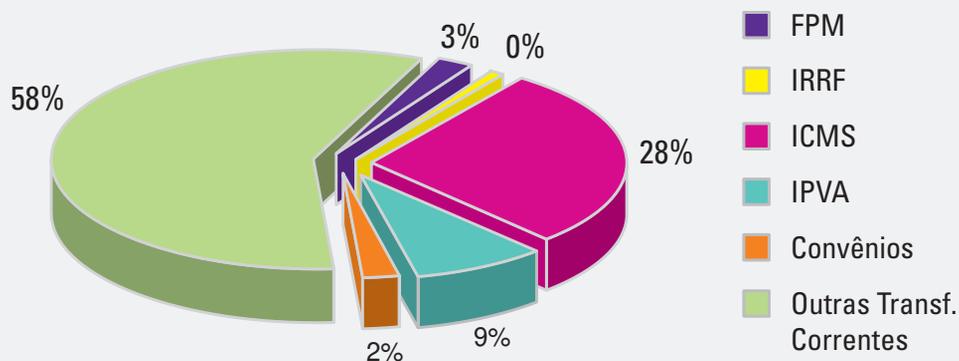
# COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA



<b>Categoria Econômica</b>	<b>Receita Realizada</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>Receita Corrente Adm. Direta</b>	<b>Receita Total</b>
IPTU	1.086.204	31%	13%	11%
ISS	1.978.303	55%	24%	21%
ITBI	293.659	8%	4%	3%
Taxas	225.079	6%	3%	3%
<b>Receita Tributária</b>	<b>3.583.245</b>	<b>100%</b>	<b>44%</b>	<b>38%</b>

Em R\$ mil

# COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

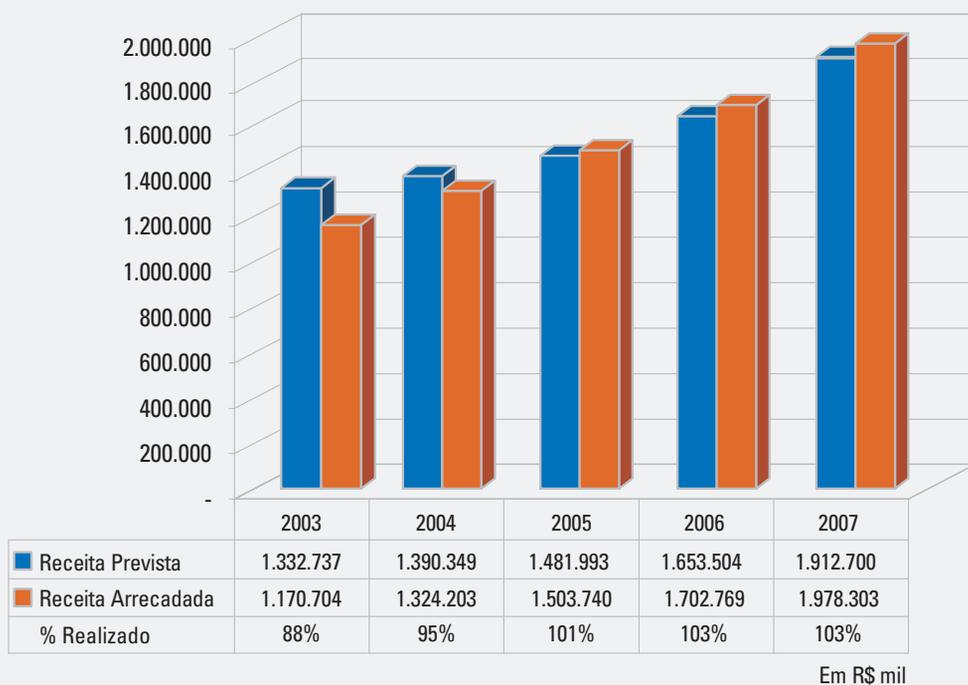


Categoria Econômica	Receita Realizada	Transferências Correntes	Receita Corrente Total	Receita Total
FPM	93.960	3%	1%	1%
IRRF	6.518	0%	0%	0%
ICMS	1.056.371	28%	11%	11%
IPVA	322.950	9%	4%	3%
Convênios	68.934	2%	1%	1%
Outras Transferências	2.165.875	58%	23%	23%
<b>Transf. Correntes</b>	<b>3.714.608</b>	<b>100%</b>	<b>40%</b>	<b>39%</b>

Em R\$ mil

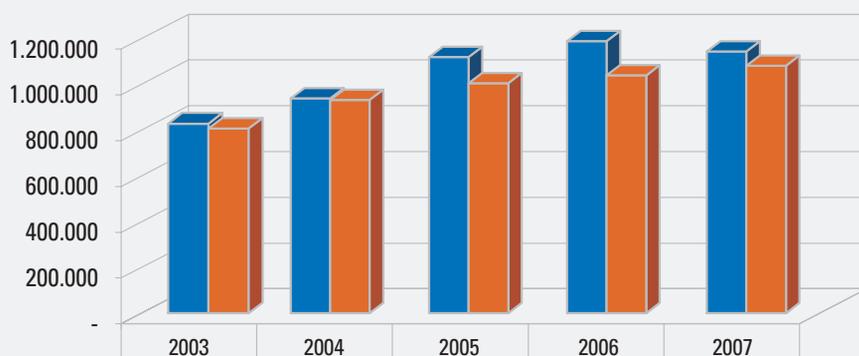
## COMPORTAMENTO DA ARRECADAÇÃO DO ISS

A receita de ISS continua se configurando a principal receita tributária do Município. O peso da Receita de ISS no Total das Receitas aumentou para 21%, e da mesma forma, ampliou sua participação na Receita Tributária para 55%. A seguir pode-se acompanhar a evolução da arrecadação do ISS nos cinco últimos exercícios, onde verifica-se que, desde 2005, a expectativa de arrecadação da receita foi superada.



# COMPORTAMENTO DA ARRECADAÇÃO DO IPTU

Dentro das Receitas Tributárias, o IPTU desponta como a segunda maior fonte, representando 11% da receita total e 31% da receita tributária do Município. O comportamento da arrecadação do IPTU nos cinco últimos exercícios é apresentado a seguir.

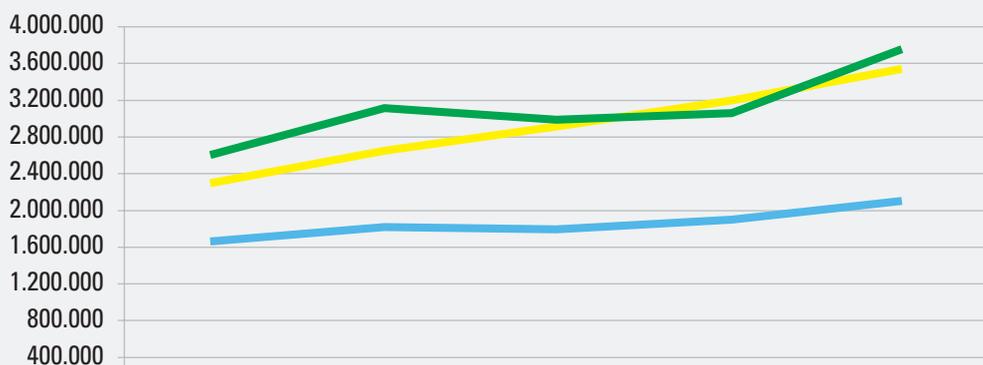


	2003	2004	2005	2006	2007
■ Receita Prevista	841.944	944.552	1.125.670	1.193.211	1.150.000
■ Receita Arrecadada	820.152	940.599	1.014.973	1.047.540	1.086.204
% Realizado	97%	99%	90%	88%	94%

Em R\$ mil

# EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES

A apresentação em gráfico demonstra de forma bem clara o comportamento das Receitas Correntes ao longo do tempo. A Receita Corrente total vem apresentando comportamento constante de crescimento. Cabe ressaltar que, em 2007, o crescimento da Receita Tributária alcançou 11,91% superando a inflação do período, que foi de 4,36%.

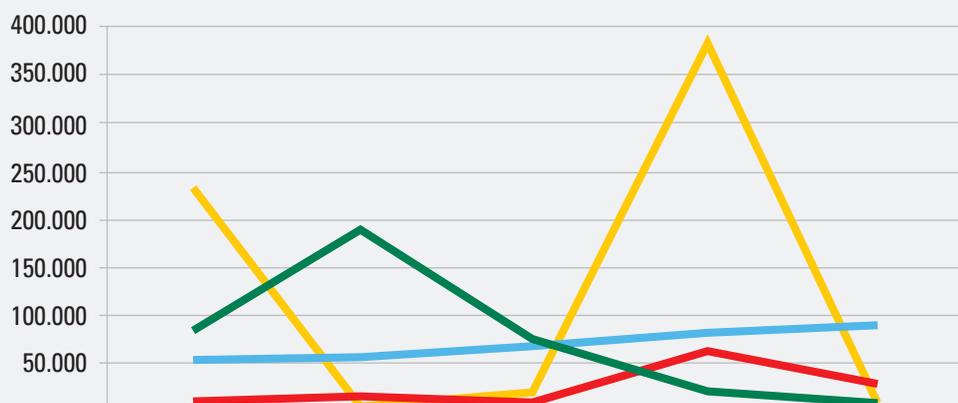


	2003	2004	2005	2006	2007
<b>Receitas Correntes</b>	<b>6.607.331</b>	<b>7.566.334</b>	<b>7.649.368</b>	<b>8.177.984</b>	<b>9.385.149</b>
— Receita Tributária	2.329.485	2.641.689	2.939.726	3.201.659	3.583.245
— Transferências Correntes	2.629.191	3.134.244	2.999.264	3.125.394	3.714.608
— Outras Receitas Correntes	1.648.655	1.790.401	1.710.378	1.850.931	2.087.296

Em R\$ mil

# EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL

O gráfico a seguir apresenta a evolução do grupo de Receitas de Capital.



	2003	2004	2005	2006	2007
<b>Receitas de Capital</b>	<b>384.586</b>	<b>256.178</b>	<b>161.818</b>	<b>525.744</b>	<b>129.460</b>
Operações de Crédito	89.991	191.638	75.086	22.840	8.932
Amortiz. de Empréstimos	52.254	54.881	62.617	70.535	79.016
Transferências de Capital	6.395	7.708	4.672	60.304	34.051
Outras Receitas de Capital	235.946	1.951	19.443	372.065	7.461

Em R\$ mil

Após dois anos de decréscimos (2004 e 2005), as Receitas de Capital apresentaram acréscimo em 2006. No exercício de 2004 houve uma queda, em valores nominais, de MR\$ 128.408. Essa queda deve-se, principalmente, à quitação da dívida do Governo Estadual com o Município do Rio de Janeiro no exercício de 2003. Já em 2005, a queda de MR\$ 94.360 deve-se, basicamente, à redução do ingresso de recursos referentes a Operações de Crédito Externas. Em 2006, o incremento substancial deve-se ao aporte relativo ao montante obtido em licitação relativa à folha de pagamento dos servidores da PCRJ. Se retirarmos este aumento pontual de 2006, o valor de 2007 representa um início de recuperação à média histórica da categoria.

# ORIGENS E COMPROMETIMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

---

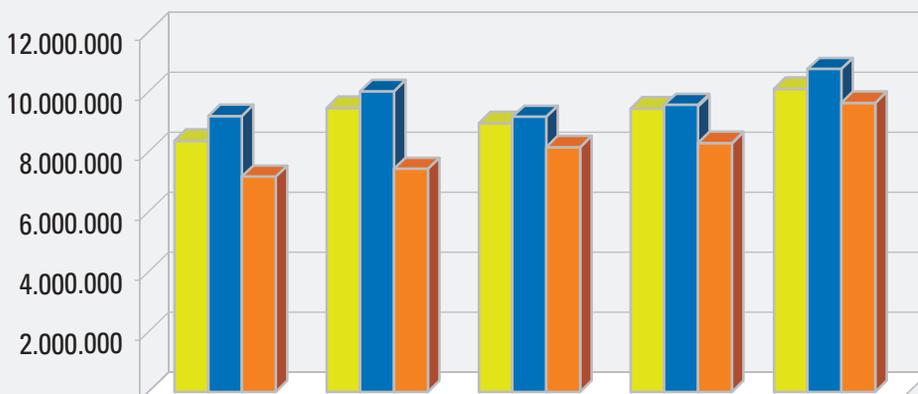
# DESPESA FIXADA X DESPESA REALIZADA

A Lei Federal nº 4.320/64 estabelece a classificação da Despesa Orçamentária nas categorias econômicas Despesas Correntes e Despesas de Capital.

As Despesas Correntes constituem o grupo de despesas operacionais realizadas pela Administração Pública a fim de promover a execução, manutenção e o funcionamento de suas atividades.

As Despesas de Capital constituem o grupo de despesas com intenção de adquirir ou construir bens de capital, capazes de gerar novos bens ou serviços. Também são classificadas como Despesas de Capital as amortizações das dívidas interna e externa.

A Despesa Orçamentária Total do exercício de 2007 está apresentada no quadro abaixo. Podemos observar que a despesa empenhada totalizou MR\$ 9.647.097, muito inferior aos MR\$ 10.820.874 do orçamento atualizado, sendo a diferença de MR\$ 1.173.777, correspondente a 11%.



	2003	2004	2005	2006	2007
Orçamento Inicial	8.403.839	9.514.534	8.996.028	9.475.902	10.151.719
Orç. Inicial Atualizado	9.229.225	10.070.324	9.201.953	9.638.731	10.820.874
Realizado	7.226.030	7.493.598	7.821.735	8.332.069	9.647.097
% Realizado	78%	74%	85%	86%	89%

Em R\$ mil

# DESPESA REALIZADA NO PERÍODO DE 2003 A 2007

A seguir é apresentado o quadro resumo das despesas realizadas por categoria econômica nos exercícios de 2003 a 2007. Ao compararmos a despesa total empenhada de 2007 com as de 2006, verificamos um aumento de MR\$ 1.315.028, tendo ocorrido uma variação de 15,78%.

A Despesa Ordinária (somatório das Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras) representou 96,78% do total das despesas orçamentárias do exercício de 2007, patamar semelhante ao observado no exercício de 2006 (96,39%).

Houve um incremento em valores nominais nas despesas correntes da ordem de 14,77%. Nesta categoria econômica, o maior acréscimo ocorreu em Outras Despesas Correntes que variaram 36,44%. Na natureza Obras e Instalações, houve um acréscimo de 28,60%.

Constata-se que não houve aumento significativo na participação das Despesas Correntes no total das despesas, mantendo-se no patamar de 87% (em 2004 foi de 87%, 2005, 89% e 2006, 88%). Do mesmo modo, a participação das Despesas de Capital manteve-se no patamar médio de 12% nos cinco últimos anos.

Dentro das Despesas de Capital, de 2006 a 2007, os Investimentos cresceram 27,86%, Amortização da Dívida 3,32% e Inversões Financeiras 147,82%, esta última basicamente pelo incremento de 191,58% nas despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos Imobiliários a Servidores efetuados pelo PREVIRO.

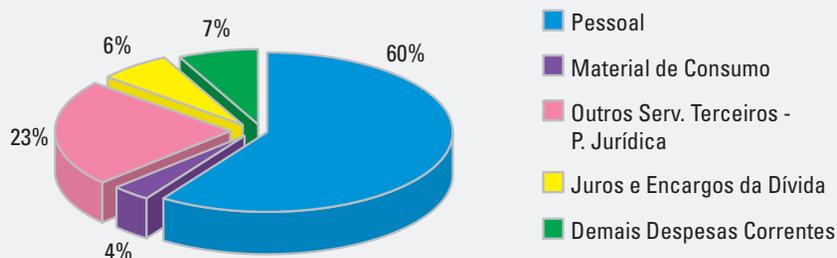
CATEGORIAS ECONÔMICAS	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>7.226.030</b>	<b>100</b>	<b>7.493.598</b>	<b>100</b>	<b>7.821.735</b>	<b>100</b>	<b>8.332.069</b>	<b>100</b>	<b>9.647.097</b>	<b>100</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>6.027.199</b>	<b>83</b>	<b>6.507.273</b>	<b>87</b>	<b>6.922.981</b>	<b>89</b>	<b>7.326.539</b>	<b>88</b>	<b>8.408.672</b>	<b>87</b>
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>3.589.975</b>	<b>50</b>	<b>3.956.965</b>	<b>53</b>	<b>4.328.588</b>	<b>56</b>	<b>4.667.757</b>	<b>56</b>	<b>5.001.008</b>	<b>52</b>
Venc. e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.836.968	26	2.044.795	27	2.243.946	29	2.459.411	30	2.624.909	27
Inativos	877.795	12	956.189	13	1.051.738	14	1.151.090	14	1.215.180	13
Outras Desp. de Pessoal e Enc. Sociais	875.212	12	955.981	13	1.032.904	13	1.057.256	13	1.160.919	12
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>428.926</b>	<b>6</b>	<b>433.073</b>	<b>6</b>	<b>476.705</b>	<b>6</b>	<b>511.874</b>	<b>6</b>	<b>541.150</b>	<b>5</b>
<b>Material de Consumo</b>	<b>296.377</b>	<b>4</b>	<b>251.919</b>	<b>3</b>	<b>251.935</b>	<b>3</b>	<b>264.806</b>	<b>3</b>	<b>298.483</b>	<b>3</b>
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>1.711.921</b>	<b>23</b>	<b>1.865.316</b>	<b>25</b>	<b>1.865.753</b>	<b>24</b>	<b>1.882.102</b>	<b>23</b>	<b>2.568.031</b>	<b>27</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.198.831</b>	<b>17</b>	<b>986.325</b>	<b>13</b>	<b>898.754</b>	<b>11</b>	<b>1.005.530</b>	<b>12</b>	<b>1.238.425</b>	<b>13</b>
<b>Investimentos</b>	<b>699.835</b>	<b>10</b>	<b>724.184</b>	<b>10</b>	<b>557.165</b>	<b>7</b>	<b>682.619</b>	<b>8</b>	<b>872.767</b>	<b>9</b>
Obras e Instalações	522.469	7	563.636	8	396.841	5	533.183	6	685.649	7
Equipamentos e Material Permanente	36.022	1	30.036	0	34.038	0	36.999	0	45.372	0
Outros Investimentos	141.344	2	130.512	2	126.286	2	112.437	1	141.746	2
<b>Inversões Financeiras</b>	<b>291.137</b>	<b>4</b>	<b>35.496</b>	<b>0</b>	<b>86.942</b>	<b>1</b>	<b>22.166</b>	<b>0</b>	<b>54.932</b>	<b>1</b>
<b>Amortização da Dívida</b>	<b>207.859</b>	<b>3</b>	<b>226.645</b>	<b>3</b>	<b>254.647</b>	<b>3</b>	<b>300.745</b>	<b>4</b>	<b>310.726</b>	<b>3</b>

Em R\$ Mil

# COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DA DESPESA CORRENTE

Destacamos a magnitude da Despesa de Pessoal na composição das Despesas Correntes, atingindo ao final de 2007 o percentual de 60% (em relação ao total das Despesas Correntes), reduzindo o percentual alcançado no exercício anterior.

## COMPOSIÇÃO DA DESPESA CORRENTE

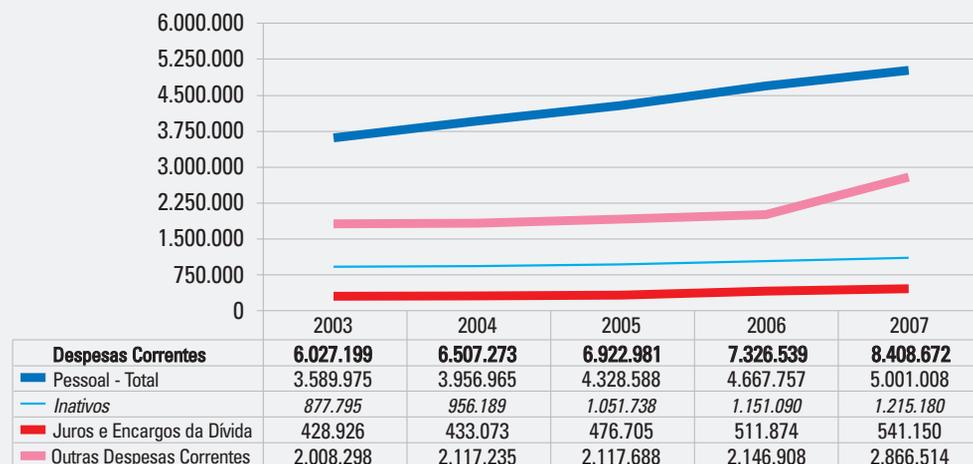


CATEGORIA	DESPESA REALIZADA	DESPESA CORRENTE	DESPESA TOTAL
Pessoal	5.001.008	60%	52%
Material de Consumo	298.483	4%	3%
Outros Serv. Terceiros - P. Jurídica	1.950.341	23%	20%
Juros e Encargos da Dívida	541.150	6%	5%
Demais Despesas Correntes	617.690	7%	7%
<b>DESPESA CORRENTE</b>	<b>8.408.672</b>	<b>100%</b>	<b>87%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>9.647.097</b>		<b>100%</b>

Analisando o gráfico abaixo, podemos verificar que o crescimento em ritmo constante da despesa com inativos demonstra que, salvo qualquer influência externa abrupta, espera-se comportamento similar em exercícios futuros.

Na despesa de Pessoal, observa-se a maior curva de crescimento. Tal fato deve-se à adoção, em 2001, do IPCA-E como índice de correção dos vencimentos da Administração Municipal, portanto ficando esta despesa atrelada indiretamente ao comportamento da inflação.

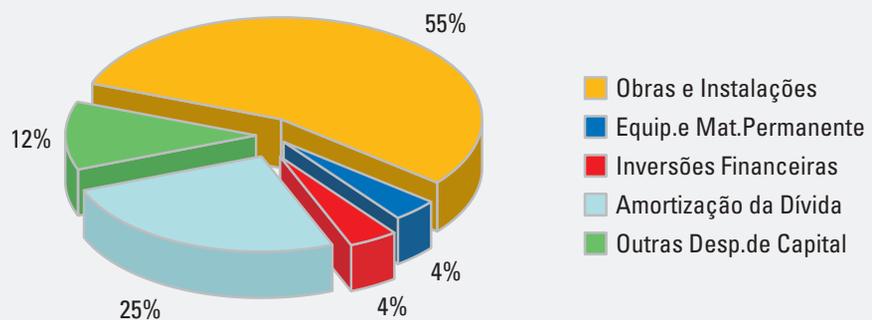
## EVOLUÇÃO DA DESPESA CORRENTE



# COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL

Nas Despesas de Capital em 2007, houve um acréscimo total de MR\$ 232.894 em relação à 2006, o que representa uma variação percentual de 23,16%. Em valores nominais, houve incremento nas três categorias: "Investimentos" (MR\$ 190.148), "Amortização da Dívida" (MR\$ 9.981) e "Inversões Financeiras" (MR\$ 32.766), respectivamente, correspondendo a 27,86%, 3,32% e 147,82% em relação ao ano de 2006.

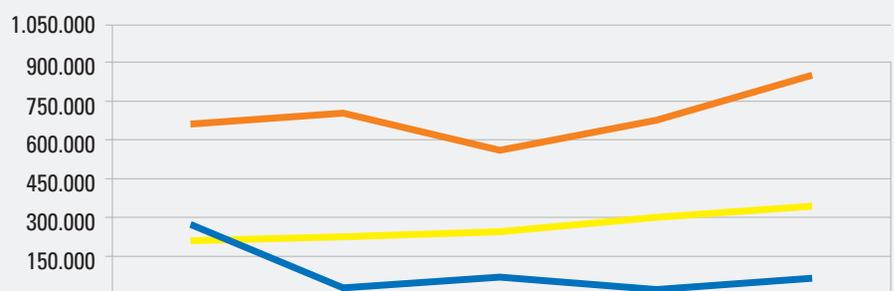
## COMPOSIÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL



CATEGORIA	DESPESA REALIZADA	DESPESA DE CAPITAL	DESPESA TOTAL
Obras e Instalações	685.649	55%	7%
Equip.e Mat.Permanente	45.372	4%	1%
Inversões Financeiras	54.932	4%	1%
Amortização da Dívida	310.726	25%	3%
Outras Desp.de Capital	141.746	12%	1%
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>1.238.425</b>	<b>100%</b>	<b>13%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>9.647.097</b>		<b>100%</b>

Em R\$ mil

## EVOLUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL



	2003	2004	2005	2006	2007
<b>Despesas de Capital</b>	<b>1.198.831</b>	<b>986.325</b>	<b>898.754</b>	<b>1.005.530</b>	<b>1.238.425</b>
Investimentos	699.835	724.184	557.165	682.619	872.767
Inversões Financeiras	291.137	35.496	86.942	22.166	54.932
Amortização da Dívida	207.859	226.645	254.647	300.745	310.726

Em R\$ mil

# DESPESA POR ÓRGÃO

A Administração Municipal é composta pelos Poderes Executivo e Legislativo. Divide-se o Poder Executivo entre órgãos da Administração Direta e Administração Indireta, podendo estes serem gerencialmente classificados como Atividade Meio ou Atividade Fim.

Além destes órgãos, existem os Encargos Gerais do Município, onde são classificadas as despesas de caráter geral que não podem ser alocadas nos órgãos, como por exemplo, amortização da dívida pública, entre outras.

Na tabela a seguir é apresentada a despesa total empenhada de todos os órgãos existentes na estrutura municipal no decorrer do ano de 2007. Dentre os que atingiram maiores variações nominais positivas, estão: Secretaria Municipal de Saúde (MR\$ 502.077); Rio Urbe (MR\$ 173.643); Secretaria Municipal de Educação (MR\$ 152.730) e FUNPREVI (MR\$ 78.137).

Em contrapartida, os órgãos que tiveram maiores reduções nominais no exercício de 2007 foram: Secretaria Municipal das Culturas (MR\$ 46.084); Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (MR\$ 22.553); e Secretaria Municipal de Habitação (MR\$ 20.036).

# DESPESA POR ÓRGÃO

ÓRGÃOS	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	<b>233.392</b>	<b>3</b>	<b>252.128</b>	<b>3</b>	<b>296.181</b>	<b>4</b>	<b>326.731</b>	<b>4</b>	<b>351.430</b>	<b>4</b>
Câmara Municipal	172.348	2	192.404	2	225.118	3	251.697	3	269.958	3
Tribunal de Contas	61.044	1	59.724	1	71.063	1	75.034	1	81.472	1
<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>6.992.638</b>	<b>97</b>	<b>7.241.470</b>	<b>97</b>	<b>7.525.554</b>	<b>96</b>	<b>8.005.338</b>	<b>96</b>	<b>9.295.667</b>	<b>96</b>
<b>Atividade: Fim</b>	<b>4.326.628</b>	<b>60</b>	<b>4.579.557</b>	<b>61</b>	<b>4.520.492</b>	<b>58</b>	<b>4.808.839</b>	<b>58</b>	<b>5.797.743</b>	<b>60</b>
<b>Adm Direta</b>	<b>3.302.273</b>	<b>46</b>	<b>3.535.539</b>	<b>47</b>	<b>3.454.827</b>	<b>44</b>	<b>3.808.363</b>	<b>46</b>	<b>4.478.299</b>	<b>46</b>
Sec. Mun. Cultura	29.698	0	38.057	0	48.461	1	112.998	1	66.914	1
Sec. Mun. Assistência Social	117.808	2	113.604	2	137.852	2	160.030	2	158.164	2
Sec. Mun. Educação	1.196.685	17	1.285.060	17	1.415.316	18	1.553.129	19	1.705.859	18
Sec. Mun. Habitação	174.917	3	200.539	3	150.068	2	69.138	1	49.103	0
Sec. Mun. Meio Ambiente	40.523	1	70.453	1	55.067	1	72.119	1	91.979	1
Sec. Mun. Obras	158.692	2	181.998	2	140.819	2	164.419	2	227.579	2
Sec. Mun. Saúde	1.411.763	20	1.462.828	20	1.310.382	17	1.221.180	15	1.723.257	18
Sec. Mun. Trabalho	22.457	0	13.870	0	12.287	0	5.220	0	6.177	0
Sec. Esp. Transporte	26.819	0	27.431	0	29.842	0	36.495	0	55.363	0
Sec. Esp. Turismo	572	0	3.285	0	1.053	0	1.822	0	4.249	0
Sec. Mun. Urbanismo	18.789	0	19.862	0	22.712	0	24.198	0	26.401	0
Sec. Mun. Esportes e Lazer	100.668	1	115.641	2	121.020	1	371.847	5	349.294	4
Sec. Esp. Prevenção à Dependência Química	875	0	820	0	1.032	0	1.134	0	1.182	0
Sec. Ext. Qualidade de Vida	596	0	762	0	6.534	0	11.725	0	10.585	0
Sec. Esp. Promoção e Defesa dos Animais	1.411	0	1.329	0	2.382	0	2.909	0	2.193	0
<b>Adm Indireta</b>	<b>1.024.355</b>	<b>14</b>	<b>1.044.018</b>	<b>14</b>	<b>1.065.666</b>	<b>14</b>	<b>1.000.476</b>	<b>12</b>	<b>1.319.444</b>	<b>14</b>
Cet Rio	45.976	1	38.264	1	48.308	1	56.317	1	110.314	1
Comlurb	415.701	6	431.822	6	496.934	7	548.268	6	626.336	6
Fundação Rio	1.379	0	1.325	0	1.454	0	407	0	0	0
Fundo-Rio	11.140	0	17.883	0	12.445	0	15	0	0	0
Funlar	16.914	0	17.309	0	17.047	0	17.970	0	17.132	0
Geo-Rio	12.149	0	13.050	0	6.080	0	4.410	0	3.985	0
Guarda Municipal	113.807	2	118.185	2	129.488	2	144.610	2	151.523	2
Imprensa da Cidade	8.491	0	7.879	0	7.037	0	7.360	0	7.676	0
Multi-Rio	16.754	0	21.524	0	18.698	0	18.818	0	17.558	0
Parques e Jardins	28.729	1	21.137	0	17.947	0	12.958	0	14.294	0
Planetário	3.743	0	4.657	0	4.742	0	4.992	0	4.551	0
Rio Centro	12.614	0	10.349	0	12.397	0	5.389	0	4.864	0
Rio Cop	167	0	113	0	113	0	70	0	122	0
Rio Esportes	20.174	0	19.751	0	19.273	0	2.775	0	0	0
Rio Filme	16.649	0	9.183	0	10.119	0	8.035	0	4.769	0
Rio Luz	35.924	1	35.915	1	45.343	1	47.705	1	50.238	1
Rio Urbe	149.730	2	164.825	2	110.265	2	55.819	1	229.462	3
Rio-Águas	19.538	0	12.290	0	14.871	0	483	0	0	0
Rio-Arte	27.799	0	28.222	1	24.500	0	3.621	0	0	0
Riotur	52.711	1	56.054	1	50.190	1	48.656	1	65.006	1
Rio-Zoo	7.097	0	7.693	0	10.794	0	10.151	0	11.614	0
SMTU	7.169	0	6.588	0	7.621	0	1.647	0	0	0
<b>Atividade: Meio</b>	<b>1.540.903</b>	<b>21</b>	<b>1.683.833</b>	<b>23</b>	<b>1.906.892</b>	<b>24</b>	<b>2.023.296</b>	<b>24</b>	<b>2.219.046</b>	<b>23</b>
<b>Adm Direta</b>	<b>252.520</b>	<b>4</b>	<b>283.047</b>	<b>4</b>	<b>307.618</b>	<b>4</b>	<b>322.300</b>	<b>4</b>	<b>382.254</b>	<b>4</b>
Controladoria Geral	14.839	0	15.977	0	20.875	0	23.700	0	25.603	0
Gabinete do Prefeito	37.725	1	28.567	0	31.167	0	31.377	0	35.805	0
Procuradoria Geral	37.956	1	64.460	1	60.293	1	66.634	1	106.200	1
Rio 2016	1.455	0	1.487	0	1.111	0	1.656	0	2.136	0
Sec. Esp. Comunicação Social	1.566	0	1.708	0	2.042	0	2.178	0	2.047	0
Sec. Esp. Desenv. Ciência e Tecnologia	946	0	1.183	0	1.332	0	1.346	0	1.198	0
Sec. Esp. Publicidade, Propaganda e Pesquisa	857	0	1.392	0	1.379	0	1.518	0	1.806	0
Sec. Mun. Administração	38.710	1	43.351	1	51.421	1	37.391	1	42.687	1
Sec. Mun. Fazenda	94.277	1	101.834	2	113.450	2	124.516	2	133.909	2
Sec. Mun. Governo	24.189	0	23.088	0	24.548	0	31.984	0	30.863	0
<b>Adm Indireta</b>	<b>1.288.383</b>	<b>17</b>	<b>1.400.786</b>	<b>19</b>	<b>1.599.273</b>	<b>20</b>	<b>1.700.996</b>	<b>20</b>	<b>1.836.792</b>	<b>19</b>
FASS - Fundo de Assist. a Saúde do Servidor	0	0	0	0	67.340	1	68.369	1	69.857	0
Fund. João Goulart	5.463	0	7.177	0	8.031	0	3.302	0	0	0
Funprevi - Fundo de Previd. Mun. do RJ	1.111.373	15	1.224.724	17	1.303.141	16	1.451.264	17	1.529.402	16
Inst. Pereira Passos	7.308	0	4.401	0	5.606	0	5.842	0	4.833	0
Iplan-Rio	68.398	1	70.271	1	70.985	1	76.910	1	78.578	1
Prev-Rio	95.841	1	94.213	1	144.170	2	95.309	1	154.122	2
<b>Atividade: Encargos Gerais</b>	<b>1.125.107</b>	<b>16</b>	<b>978.080</b>	<b>13</b>	<b>1.098.170</b>	<b>14</b>	<b>1.173.203</b>	<b>14</b>	<b>1.278.878</b>	<b>13</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7.226.030</b>	<b>100</b>	<b>7.493.598</b>	<b>100</b>	<b>7.821.735</b>	<b>100</b>	<b>8.332.069</b>	<b>100</b>	<b>9.647.097</b>	<b>100</b>

Em R\$ Mil

# DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

A execução orçamentária da despesa possui, no nível mais agregado, as distribuições por função de governo.

Comparando os exercícios de 2006 com 2007, as funções que mais cresceram em valores nominais foram: Saúde (MR\$ 502.077); Urbanismo (MR\$ 253.917); Educação (MR\$ 150.660); Previdência Social (MR\$ 114.153); Encargos Especiais (MR\$ 81.099); Administração (MR\$ 71.569). As funções que tiveram redução foram: Cultura (MR\$ 61.348); Desporto e Lazer (MR\$ 25.694); Habitação (MR\$ 20.036); Ciência e Tecnologia (MR\$ 147).

Em aumentos percentuais destacamos as funções Transporte (75,40%); Saúde (41,11%); Urbanismo (38,50%); Gestão Ambiental (34,71%); Saneamento (33,24%); Comércio e Serviços (32,67%); e Trabalho (18,32%). Nas reduções tivemos as funções Cultura (44,59%); Habitação (28,98%); Ciência e Tecnologia (10,94%) e Desporto e Lazer (7,45%).

Nas páginas seguintes, através de uma classificação adotada pela Controladoria, poderão ser verificadas as despesas empenhadas por Função de Governo, relativas às Atividades Meio e Fim, nos exercícios de 2003 a 2007.

# DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO – COMPOSIÇÃO

## DESPESA TOTAL

Ano	2003	2004	2005	2006	2007
<b>Atividade Meio</b>					
Administração	286.139	293.869	324.382	332.402	351.280
Encargos Especiais	5.377	29.045	19.066	19.977	53.917
Assistência Social	3.852	44.935	110.666	114.263	142.616
Previdência Social	558.740	1.274.002	1.404.316	1.501.779	1.611.916
Segurança Pública	232	-	226	1.016	1.002
Cultura	233	83	70	15	-
Desporto e Lazer	840	899	-	-	-
Educação	523.949	-	-	-	-
Urbanismo	7.308	4.401	5.606	5.842	4.833
Ciência e Tecnologia	946	1.183	1.332	1.345	1.198
Judiciária	32.579	35.414	41.226	46.657	52.284
Legislativa	286.176	252.128	296.181	326.730	351.430
Saúde	67.924	-	-	-	-
<b>Sub-Total</b>	<b>1.774.296</b>	<b>1.935.959</b>	<b>2.203.072</b>	<b>2.350.027</b>	<b>2.570.476</b>
<b>Atividade Fim</b>					
Administração	2.882	2.912	9.948	15.768	13.960
Assistência Social	118.371	135.691	153.780	165.714	164.069
Segurança Pública	113.807	118.185	129.488	144.610	151.523
Cultura	86.365	89.137	100.070	137.567	76.234
Desporto e Lazer	121.092	135.392	117.545	344.664	318.969
Educação	1.250.319	1.332.494	1.501.839	1.614.310	1.764.970
Gestão Ambiental	69.252	91.590	73.014	87.714	118.163
Habitação	174.917	200.539	150.068	69.139	49.103
Urbanismo	781.984	835.277	791.260	653.763	908.689
Comércio e Serviços	65.896	69.687	63.640	55.868	74.119
Indústria	8.491	7.879	7.037	7.360	7.676
Saneamento	19.068	11.795	14.364	191.506	255.158
Saúde	1.411.763	1.462.828	1.310.383	1.221.180	1.723.257
Trabalho	22.457	13.870	12.287	5.220	6.176
Transporte	79.964	72.283	85.771	94.458	165.677
<b>Subtotal</b>	<b>4.326.627</b>	<b>4.579.559</b>	<b>4.520.493</b>	<b>4.808.839</b>	<b>5.797.743</b>
<b>Encargos Gerais</b>					
Administração	379.238	184.161	202.488	199.761	254.259
Encargos Especiais	662.012	694.258	776.135	853.849	901.009
Previdência Social	83.857	99.661	119.547	119.594	123.610
<b>Sub-Total</b>	<b>1.125.106</b>	<b>978.080</b>	<b>1.098.170</b>	<b>1.173.203</b>	<b>1.278.878</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7.226.030</b>	<b>7.493.598</b>	<b>7.821.735</b>	<b>8.332.069</b>	<b>9.647.097</b>

Em 2003, a Despesa Empenhada na Função Legislativa foi maior do que a Despesa Empenhada nos Órgãos do Poder Legislativo que compõem a referida função. Isto é explicado pelo fato de parte da realização da despesa nesta função ter sido efetuada pelo FUNPREVI, devido à execução das despesas de Transferências Previdenciárias para pagamento de Inativos da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Município a cargo do Previrio. A partir de 2004 a Despesa na Função Legislativa está sendo realizada exclusivamente por órgãos do poder legislativo.

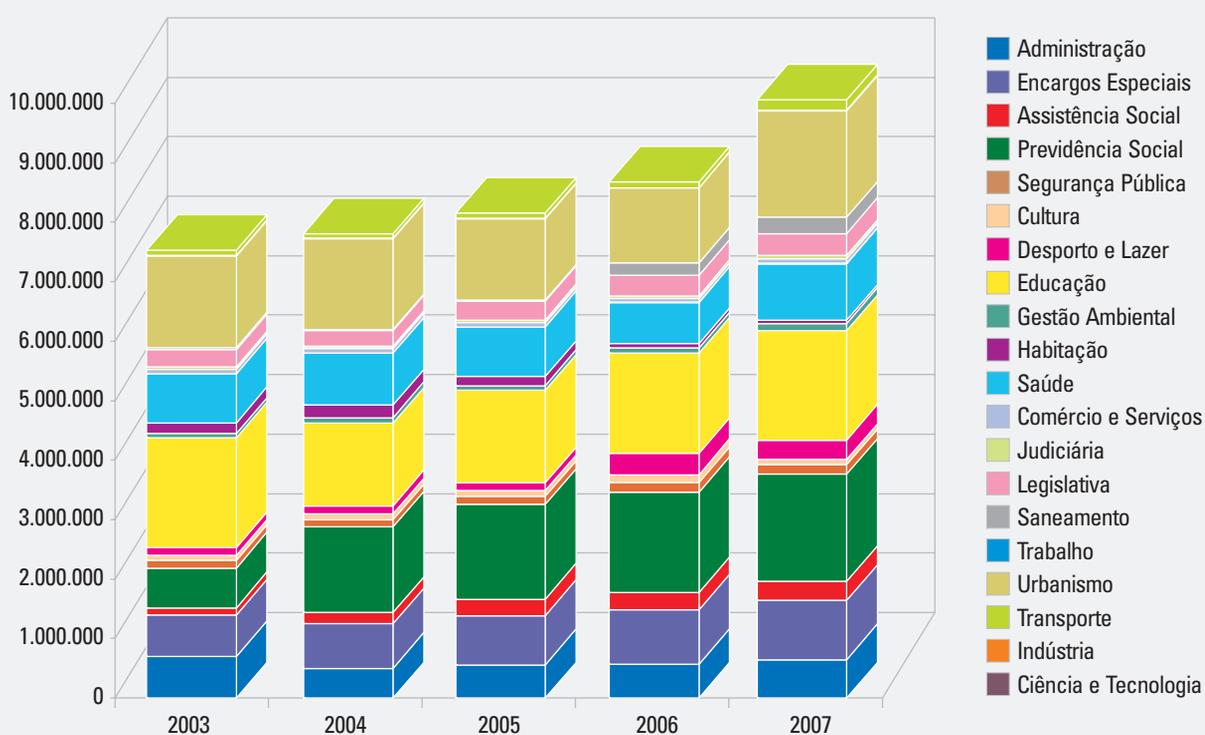
A alocação de um Órgão em Atividade Meio ou Atividade Fim é determinada pelo seu perfil, ou seja, o Órgão Saúde é totalmente voltado para Atividade Fim. Entretanto, mesmo nos Órgãos de atividade fim em sua infra-estrutura são apresentados gastos em funções de Atividade Meio.

# DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO – COMPOSIÇÃO

Podemos observar que todos os Órgãos precisam efetuar gastos em sua administração, sejam eles Atividade Meio ou Atividade Fim, fato que é comprovado verificando-se que a função Administração possui valores nas Atividades Meio, Fim e Encargos Gerais.

Pode-se observar que do valor total da Despesa Empenhada no ano de 2007, MR\$ 2.570.476 correspondem a gastos com a Atividade Meio, ou 26,65%, MR\$ 5.797.743 com Atividade Fim, ou 60,10% e MR\$ 1.278.878 com Encargos Gerais, ou 13,25%.

## DESPESA POR FUNÇÃO



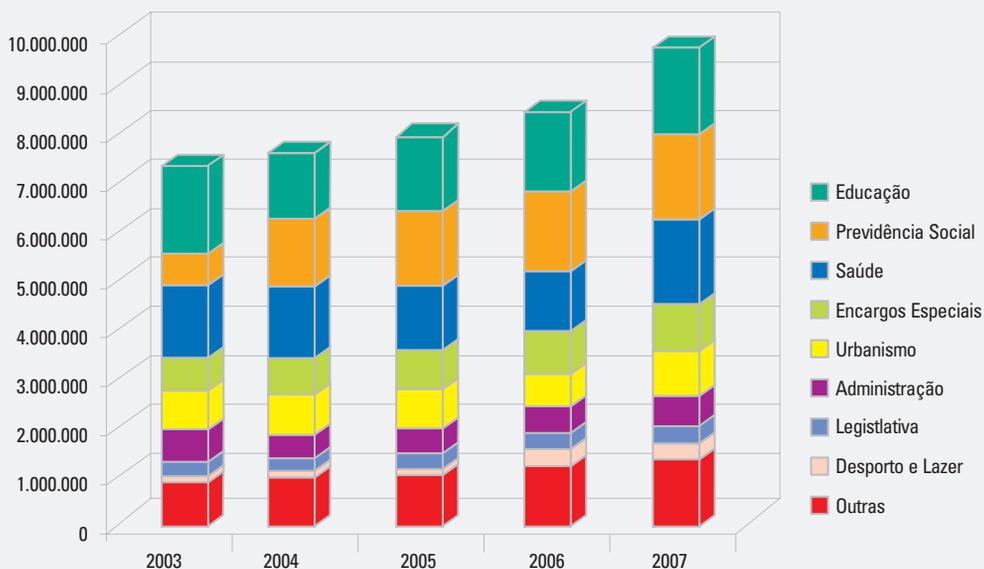
Além dos órgãos de atividade-meio e atividade-fim, existem os Encargos Gerais do Município que, por se tratarem de despesas que não podem ser atribuídas a uma secretaria específica (como Iluminação Pública, Despesas com encargos das Dívidas Interna e Externa, Amortização e Resgate da Dívida, etc.), são gerencialmente classificados à parte.

No exercício de 2007, a Prefeitura aumentou a realização da despesa em valores nominais em MR\$ 1.315.028, tendo como destaque individual a função "Saúde" com variação nominal de MR\$ 502.077, o que corresponde a 41,11% de aumento.

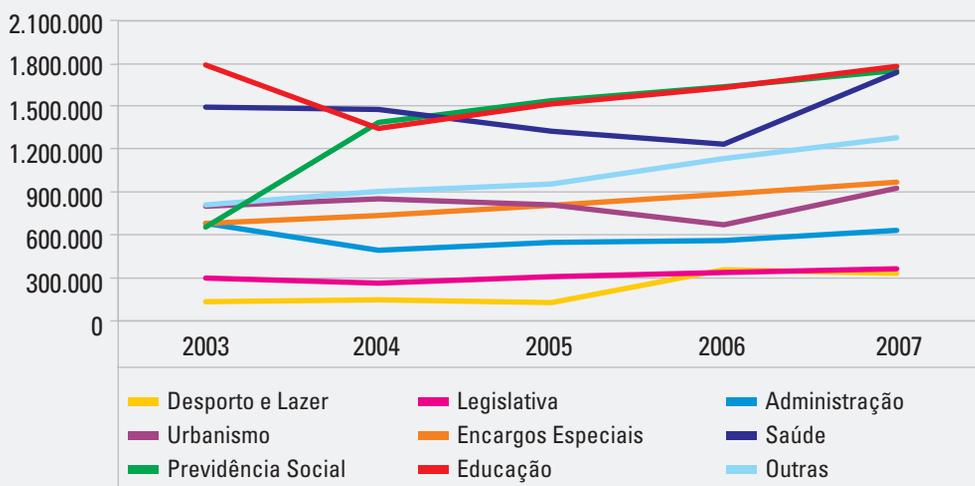
# DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO – EVOLUÇÃO ANUAL

Nos gráficos a seguir pode-se verificar a evolução e o comportamento ao longo do tempo das funções de governo selecionadas.

De 2006 para 2007, as despesas totais por função de governo tiveram um crescimento de 15,78%.



## EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS FUNÇÕES DE GOVERNO



Deve-se esclarecer que é na função “Encargos Especiais” onde são classificados gastos com o refinanciamento e serviço da Dívida Interna e Externa.

# DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL

O quadro seguinte contém a despesa empenhada por Funções de Governo nos exercícios de 2003 a 2007, onde é indicada a participação percentual de cada uma dentro dos respectivos exercícios.

As cinco funções onde encontramos as maiores aplicações de recursos são: Educação (18%); Previdência Social (18%); Saúde (18%); Encargos Especiais (10%) e Urbanismo (9%).

## DESPESA TOTAL %

Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Educação	25	18	19	19	18
Previdência Social	9	18	19	19	18
Saúde	20	20	17	15	18
Encargos Especiais	9	10	10	10	10
Urbanismo	11	11	10	8	9
Administração	9	6	7	7	6
Desporto e Lazer	2	2	2	4	3
Assistência Social	2	2	3	3	3
Legislativa	4	3	4	4	3
Saneamento	0	0	0	2	3
Transporte	1	1	1	1	2
Segurança Pública	2	2	2	2	2
Gestão Ambiental	1	1	1	1	1
Cultura	1	1	1	2	1
Comércio e Serviços	1	1	1	1	1
Judiciária	1	1	1	1	1
Habitação	2	3	2	1	1
Indústria	0	0	0	0	0
Trabalho	0	0	0	0	0
Ciência e Tecnologia	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

# APLICAÇÃO DE RECURSOS DE PROGRAMAS DE TRABALHO RELATIVOS A PROJETOS

No quadro abaixo estão elencados os dez maiores Programas de Trabalho da Prefeitura, relativos a projetos realizados em 2007.

O número total de Programas de Trabalho referentes a projetos é de 108 e o total empenhado de MR\$ 866.507, correspondente a 67% do Orçamento Atualizado.

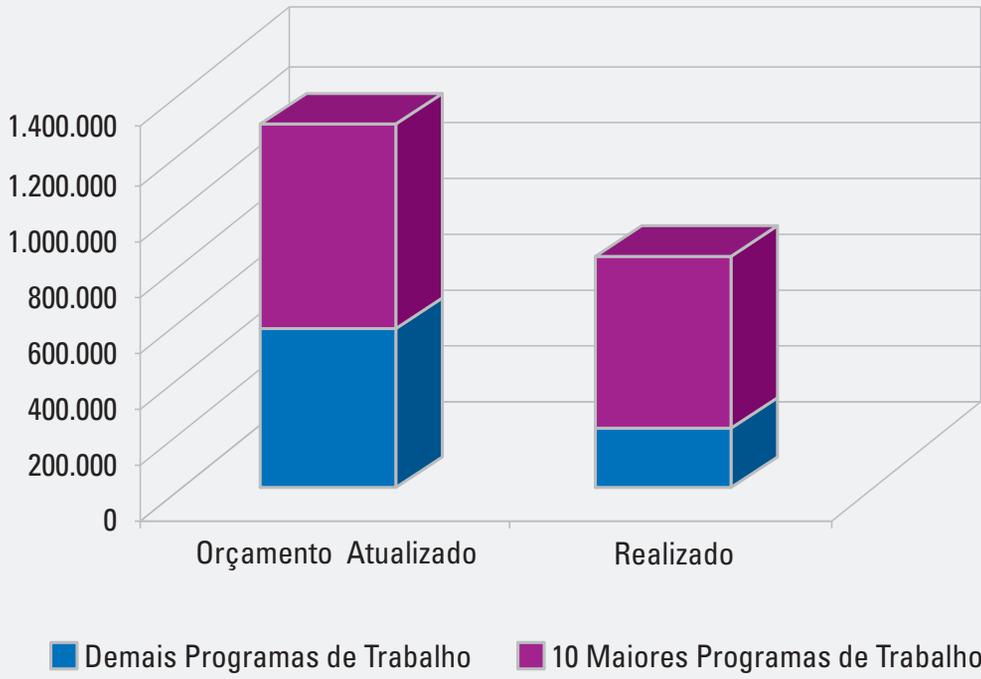
É importante ressaltar que o conceito de Programa de Trabalho voltado para Projeto elenca o total de novas realizações efetuadas durante o exercício, onde não são levadas em conta as quantias despendidas com o apoio e manutenção de atividades já existentes.

## APLICAÇÃO DE RECURSOS DE PROGRAMAS DE TRABALHO RELATIVOS A PROJETOS - ADM. DIRETA E INDIRECTA

Despesa Total	Orçamento Atualizado	Realizado	Parcela Realizada
Cidade da Música	206.186	192.000	93%
Pan Rio 2007	135.355	135.355	100%
Parque Olímpico do Rio	107.213	99.360	93%
Gestão Estratégica do Pan 2007	49.323	46.351	94%
Obras e Equipamentos para Rede de Ensino	74.763	41.918	56%
Projeto Carnaval	33.171	31.795	96%
Obras Viárias - Pan 2007	40.320	30.776	76%
Operações de Trânsito - Pan 2007	30.709	30.709	100%
Intervenções Paisagístico - Ambientais em Espaço Urbano	34.757	22.191	64%
Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	49.069	22.023	45%
<b>TOTAL DOS 10 MAIORES PROGRAMAS DE TRABALHO</b>	<b>760.866</b>	<b>652.478</b>	<b>86%</b>
<b>Número de outros programas de trabalho</b>	<b>98</b>	<b>533.867</b>	<b>40%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>108</b>	<b>1.294.733</b>	<b>67%</b>

Em R\$ Mil

# APLICAÇÃO DE RECURSOS DE PROGRAMAS DE TRABALHO RELATIVOS A PROJETOS



# LIMITES MÁXIMOS E MÍNIMOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO

---

# APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

A despesa empenhada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino atingiu, no exercício de 2007, 25,29% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências.

O percentual gasto atende ao disposto no art. 212 da Constituição Federal, que determina a aplicação mínima de 25%. Sendo assim, a aplicação mínima seria de MR\$ 1.563.002; no entanto, o Município do Rio de Janeiro aplicou MR\$ 1.581.329, ou seja, MR\$ 18.327 além do valor mínimo estabelecido pela Constituição Federal.

A maior parcela da despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino foi com pessoal, que alcançou a soma de MR\$ 1.212.873.

No custeio e manutenção da rede física escolar e na aquisição de equipamentos, construção e obras, foram utilizados MR\$ 335.770. Deve-se ressaltar que essa rede física é constituída de 1.236 unidades próprias (escolas e creches) e 163 creches mantidas pela Prefeitura através de convênios.

Entre as receitas cabe ressaltar que, do valor recebido do FUNDEB, que montou MR\$ 832.458, foram MR\$ 244.807 referentes à parcela do Município na constituição do próprio FUNDEB, MR\$ 576.108 de valores adicionais na composição do FUNDEB pelos critérios federais e MR\$ 11.543 de Receita Financeira e Outras Receitas do FUNDEB.

## MDE - 2007

RECEITA			DESPESA		
DISCRIMINAÇÃO	PREVISTA	ARRECADADA	DISCRIMINAÇÃO	AUTORIZADA	EMPENHADA
<b>1. IMPOSTOS PRÓPRIOS</b>	<b>3.640.020</b>	<b>3.643.344</b>	<b>1. SME/ MULTIRIO</b>	<b>1.605.172</b>	<b>1.548.643</b>
IPU	1.150.000	1.086.204	Pessoal Ativo	1.241.171	1.212.873
ISS	1.912.700	1.978.303	Custeio / Manutenção de Rede Física	314.756	297.205
ITBI	265.000	293.659	Equip. Escolar / Construção / Obras em Escolas	49.245	38.565
Dívida Ativa de Impostos com Multa e Juros	218.250	199.834			
Multa e Juros de Mora de Impostos	94.070	85.344			
<b>2. TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO</b>	<b>1.457.525</b>	<b>1.407.677</b>	<b>2. SMAS / FUNLAR</b>	<b>12.124</b>	<b>10.892</b>
Cota-Parte do ICMS	1.300.000	1.267.544	Educação Infantil	12.124	10.892
Dedução da Rec. para Form. do FUNDEB (ICMS)	(195.000)	(211.173)			
Cota-Parte do IPVA	330.000	330.811			
Dedução da Rec. para Form. do FUNDEB (IPVA)	-	(7.861)			
Cota-Parte do IPI Exportação	26.500	34.024	<b>3. SMEL</b>	<b>30.716</b>	<b>30.324</b>
Dedução da Rec. para Form. do FUNDEB (IPI-EXP)	(3.975)	(5.668)	Educação Esportiva	30.716	30.324
<b>3. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO</b>	<b>372.470</b>	<b>368.529</b>	<b>Cancelamento de Restos a Pagar</b>		<b>(8.530)</b>
Cota-Parte do FPM	110.000	112.505			
Dedução da Rec. para Form. do FUNDEB (FPM)	(16.500)	(18.545)	<b>TOTAL DE APLICAÇÕES SEM INATIVOS (B)</b>	<b>1.648.012</b>	<b>1.581.329</b>
Cota-Parte do IRRF	270.000	266.486			
Cota-Parte do IPTR	300	141	<b>3. FUNPREVI C/ RECURSO TESOUREO</b>	<b>404.995</b>	<b>330.632</b>
Dedução da Receita para Form. Do FUNDEB (ITR)	-	(8)	Inativos da Educação	404.995	330.632
Cota-Parte do Imposto s/ Operações com Ouro	170	183			
Desoneração do ICMS na Exportação - LC 87/96	10.000	9.319			
Dedução da Deson. do ICMS na Export. - LC 87/96	(1.500)	(1.552)			
<b>4. FUNDEB</b>	<b>736.952</b>	<b>832.458</b>	<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES COM INATIVOS (C)</b>	<b>2.053.007</b>	<b>1.911.961</b>
Parcela do Município na Constituição do FUNDEB	216.975	244.807			
Valor Adicional Receb.pelo Município - FUNDEB	504.977	576.108			
Receita de Aplicação Financeira	15.000	11.507	<b>Percentual de Aplicação = B/A</b>	<b>26,55%</b>	<b>25,29%</b>
Outras Receitas FUNDEB	-	36	<b>Percentual de Aplicação = C/A</b>	<b>33,08%</b>	<b>30,58%</b>
<b>TOTAL DA RECEITAS (A)</b>	<b>6.206.967</b>	<b>6.252.008</b>			

Fonte: Contadoria Geral

Em R\$ mil

# APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

A despesa realizada com ações e serviços públicos de saúde atingiu, no exercício de 2007, 15,09% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências constitucionais nos termos da Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000, que prevê uma despesa mínima de 15% das receitas arrecadadas.

RECEITA		
DISCRIMINAÇÃO	PREVISTA	ARRECADADA
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>3.640.020</b>	<b>3.643.344</b>
IPTU	1.150.000	1.086.204
ITBI	265.000	293.659
ISS	1.912.700	1.978.303
Dívida Ativa de Impostos, Multas, Juros e Corr. Monet.	312.320	285.178
<b>TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS</b>	<b>2.046.800</b>	<b>2.020.830</b>
Cota-Parte do ICMS	1.300.000	1.267.544
Cota-Parte do IPVA	330.000	330.811
Cota-Parte do IPI Exportação	26.500	34.025
Cota-Parte do FPM	110.000	112.505
Cota-Parte do IRRF	270.000	266.485
Cota-Parte do ITR	300	141
Remuneração ICMS na Exportação - LC 87/96	10.000	9.319
<b>TOTAL DAS RECEITAS (A)</b>	<b>5.686.820</b>	<b>5.664.174</b>
DESPESA		
DISCRIMINAÇÃO	AUTORIZADA	EMPENHADA
PESSOAL E ENCARGOS ATIVOS	776.457	719.233
OUTRAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO	128.317	121.758
INVESTIMENTOS NA SMS	25.260	16.833
<b>Cancelamentos de Restos a Pagar</b>	-	(3.244)
<b>TOTAL DE APLICAÇÕES (B)</b>	<b>930.034</b>	<b>854.580</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO (B/A)</b>	<b>16,35%</b>	<b>15,09%</b>

Fonte: Contadoria Geral

Em R\$ mil

# DESPESA COM PESSOAL

Um ponto relevante da administração pública municipal refere-se à participação da despesa com pessoal sobre a receita corrente líquida (RCL). Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, as despesas de pessoal do Poder Executivo incorridas nos últimos 12 meses não devem ultrapassar 54% da RCL, enquanto as do Poder Legislativo não devem ser superior a 6%.

Conforme demonstrado abaixo, a despesa com pessoal consolidada durante o exercício de 2007 consumiu 46,82% da RCL. Este percentual congrega 43,74% do Poder Executivo e 3,08% do Poder Legislativo. Esses percentuais estão abaixo do limite legal de 60% e até mesmo do limite prudencial de 57%.

## CONSOLIDADO (PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (JAN/2007 A DEZ/2007)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTO A PAGAR NÃO PROCESSADOS
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)</b>	<b>4.994.681</b>	<b>6.327</b>
Pessoal Ativo	3.428.096	5.498
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.454.898	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	111.687	829
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	958.126	511
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.460	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	17.867	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	25.763	511
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	908.036	-
<b>TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP (III) = (I - II)</b>		<b>4.042.371</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>		<b>8.633.065</b>
<b>% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP sobre a RCL {(IV / V)*100}</b>		<b>46,82%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60%</b>		<b>5.179.839</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 57%</b>		<b>4.920.847</b>

Fonte: Contadoria Geral

Em R\$ Mil

## PODER EXECUTIVO

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (JAN/2007 A DEZ/2007)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTO A PAGAR NÃO PROCESSADOS
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)</b>	<b>4.731.996</b>	<b>1.223</b>
Pessoal Ativo	3.166.121	394
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.454.188	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	111.687	830
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	957.120	-
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.460	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	17.867	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	25.757	-
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	908.036	-
<b>TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP (III) = (I - II)</b>		<b>3.776.099</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>		<b>8.633.065</b>
<b>% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP sobre a RCL {(IV / V)*100}</b>		<b>43,74%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54%</b>		<b>4.661.855</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 51,30%</b>		<b>4.428.762</b>

Fonte: Contadoria Geral

Em R\$ Mil

# DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

---

# INTRODUÇÃO

O Município do Rio de Janeiro, de acordo com a sua Lei Orgânica, constitui-se da Administração Direta e Indireta. A Administração Direta compreende os órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo. Fazem parte da Administração Direta no Poder Legislativo a Câmara Municipal, bem como o Tribunal de Contas do Município.

Já no Poder Executivo, a Administração Direta é composta pelas Secretarias Municipais e Especiais, os Fundos Especiais, o Gabinete do Prefeito, a Controladoria Geral e a Procuradoria Geral. A contabilidade de toda a administração direta é regida pela Lei 4.320/64.

As Autarquias, as Fundações, as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista compõem a Administração Indireta Municipal. As Autarquias e as Fundações Públicas seguem as normas da Lei 4.320/64, enquanto que as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista são regidas pela Lei 6.404/76.

A Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro - CGM, cumprindo sua missão institucional de primar pela transparência nas contas públicas, um dos pilares da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), busca com a edição deste relatório oferecer maior visibilidade dos resultados orçamentários e fiscais alcançados pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Assim, os próximos tópicos evidenciam os números obtidos no exercício de 2007 e demonstrados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal, em cumprimento aos artigos 54 e 55 da LRF, publicados no Diário Oficial do Município de 07 de março de 2008 e disponibilizados na internet na Home Page da CGM (<http://www.rio.rj.gov.br/cgm>).

Na elaboração da prestação de contas foi efetuada a consolidação dos balanços utilizando-se das técnicas de consolidação. Foram identificadas e ajustadas todas as transações entre as instituições municipais, seja através da eliminação das transações registradas reciprocamente, seja através da exclusão daquelas transações para as quais não havia correspondência. Os investimentos da Administração Municipal em empresas estatais dependentes foram avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial de 2007, confeccionados de forma reduzida, são apresentados a seguir, em milhares de reais.

# BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário compara as previsões constantes do Orçamento com a sua Execução. Este balanço é apresentado considerando os ingressos de natureza orçamentária e as despesas empenhadas pela Prefeitura, incluindo Administração Direta, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista durante o exercício financeiro de 2007.

RECEITAS	PREVISTAS	ARRECADADAS
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>9.329.581</b>	<b>9.385.149</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.587.850	3.583.245
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	708.463	656.691
RECEITA PATRIMONIAL	543.125	554.577
RECEITA INDUSTRIAL	4.693	5.677
RECEITA DE SERVIÇOS	236.743	292.242
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.611.915	3.714.608
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	636.792	578.109
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>822.137</b>	<b>129.460</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	220.388	8.932
ALIENAÇÃO DE BENS	273.350	7.461
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	68.399	79.016
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.000	34.051
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	230.000	0
<b>SOMA</b>	<b>10.151.718</b>	<b>9.514.609</b>
<b>DÉFICIT DE PREVISÃO</b>	<b>669.156</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10.820.874</b>	<b>9.514.609</b>
DESPESAS	AUTORIZADAS CORRIGIDAS	REALIZADAS
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.056.099</b>	<b>8.408.672</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.337.912	5.001.008
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	541.793	541.150
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.176.394	2.866.514
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.748.635</b>	<b>1.238.425</b>
INVESTIMENTOS	1.324.964	872.767
INVERSÕES FINANCEIRAS	111.437	54.932
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	312.234	310.726
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>16.140</b>	<b>0</b>
<b>SOMA</b>	<b>10.820.874</b>	<b>9.647.097</b>
<b>DÉFICIT DE EXECUÇÃO</b>	<b>0</b>	<b>-132.488</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10.820.874</b>	<b>9.514.609</b>

Em R\$ Mil

# BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A execução orçamentária apresentada foi apurada considerando os ingressos de natureza orçamentária e as despesas empenhadas pela Prefeitura, incluindo Administração Direta, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista durante o exercício financeiro de 2007. Com o objetivo de permitir a comparabilidade, evidenciamos também a execução do ano de 2006.

RECEITAS	JAN - DEZ 2006			JAN - DEZ 2007		
	PREVISÃO (A)	EXECUÇÃO (B)	(B/A)	PREVISÃO (A)	EXECUÇÃO (B)	(B/A)
RECEITAS CORRENTES	9.252.605	8.177.984	88,39%	9.329.581	9.385.149	100,60%
RECEITAS DE CAPITAL	223.299	525.744	235,44%	822.137	129.460	15,75%
<b>SOMA</b>	<b>9.475.904</b>	<b>8.703.728</b>	<b>91,85%</b>	<b>10.151.718</b>	<b>9.514.609</b>	<b>93,72%</b>
Déficit de Previsão	162.829	-	-	669.156	-	-
Déficit de Execução	-	-	-	-	132.488	-
<b>TOTAL</b>	<b>9.638.733</b>	<b>8.703.728</b>	<b>90,30%</b>	<b>10.820.874</b>	<b>9.647.097</b>	<b>89,15%</b>

DESPESAS	JAN - DEZ 2006			JAN - DEZ 2007		
	FIXAÇÃO (A)	EXECUÇÃO (B)	(B/A)	FIXAÇÃO (A)	EXECUÇÃO (B)	(B/A)
DESPESAS CORRENTES	7.853.946	7.326.539	93,28%	9.056.099	8.408.672	92,85%
DESPESAS DE CAPITAL	1.768.024	1.005.530	56,87%	1.748.635	1.238.425	70,82%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	16.763	-	-	16.140	-	-
<b>SOMA</b>	<b>9.638.733</b>	<b>8.332.069</b>	<b>86,44%</b>	<b>10.820.874</b>	<b>9.647.097</b>	<b>89,15%</b>
Superávit de Execução	-	371.659	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>9.638.733</b>	<b>8.703.728</b>	<b>90,30%</b>	<b>10.820.874</b>	<b>9.647.097</b>	<b>89,15%</b>

Em R\$ mil

A execução orçamentária referente a 2007 evidencia um déficit da execução orçamentária da ordem de MR\$ 132.488, enquanto que no exercício anterior foi apurado um superávit da ordem de MR\$ 371.659. Entretanto, quando são desconsideradas as operações intra-orçamentárias o déficit da execução orçamentária do exercício de 2007 cai para MR\$ 45.178. Consideram-se operações intra-orçamentárias aquelas realizadas entre órgãos, fundos e entidades da Administração Pública.

A Prefeitura apresentou ainda um déficit de previsão no valor de MR\$ 669.156. Este valor equivale a 6,59% da previsão inicial.

# COMPOSIÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO – JANEIRO A DEZEMBRO – 2001 A 2007

Comparando-se as receitas arrecadadas e as despesas realizadas nos exercícios de 2001 a 2007, evidenciamos os resultados apresentados na tabela abaixo.

Especificações	JANEIRO a DEZEMBRO - 2001 a 2007						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Receitas Correntes	5.330.425	6.055.601	6.607.331	7.566.334	7.649.367	8.177.984	9.385.149
(-) Despesas Correntes	(4.035.185)	(5.443.226)	(6.027.199)	(6.507.273)	(6.922.981)	(7.326.539)	(8.408.672)
<b>Superávit Corrente</b>	<b>1.295.240</b>	<b>612.375</b>	<b>580.132</b>	<b>1.059.061</b>	<b>726.386</b>	<b>851.446</b>	<b>976.477</b>
(+) Receita de Capital	129.908	280.506	384.586	256.178	161.818	525.744	129.460
Subtotal	1.425.148	892.881	964.718	1.315.239	888.204	1.377.189	1.105.937
(-) Despesas de Capital	(454.475)	(971.825)	(1.198.831)	(986.325)	(898.754)	(1.005.530)	(1.238.425)
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>970.672</b>	<b>(78.944)</b>	<b>(234.113)</b>	<b>328.914</b>	<b>(10.550)</b>	<b>371.659</b>	<b>(132.488)</b>

Em R\$ mil

O exame da tabela evidencia que em 2007 houve uma inversão do resultado orçamentário, passando de um superávit de cerca de R\$ 372 milhões em 2006 para um déficit de cerca de R\$ 132 milhões em 2007, sendo o menor resultado alcançado em valores nominais nos últimos 4 anos.

# BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial Consolidado da Prefeitura em 31/12/2007 é demonstrado pelo quadro a seguir.

## BALANÇO PATRIMONIAL RESUMIDO - 2007

ATIVO		PASSIVO	
Financeiro	3.944.524	Financeiro	1.320.787
Disponível	3.788.648	Depósitos	243.989
Créditos em Circulação	155.876	Obrigações em Circulação	1.076.798
Não Financeiro	22.453.215	Não Financeiro	7.909.028
Realizável a Curto Prazo	853.998	Obrigações em Circulação	252.060
Valores Pendentes a Curto Prazo	857	Valores Pendentes a Curto Prazo	-
Dívida Ativa	18.683.221	Exigível a Longo Prazo	7.650.662
Realizável a Longo Prazo	612.152	Resultado de Exercícios Futuros	6.306
Permanente	2.302.987		
<b>ATIVO REAL</b>	<b>26.397.739</b>	<b>PASSIVO REAL</b>	<b>9.229.815</b>
		<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>17.167.924</b>
<b>TOTAL</b>	<b>26.397.739</b>	<b>TOTAL</b>	<b>26.397.739</b>

Em R\$ mil

Assim, globalmente considerada, toda a administração direta e indireta da Prefeitura apresentou em dezembro de 2007 superávit financeiro da ordem de MR\$ 2.623.737. Este valor é obtido através da diferença entre o total do Ativo Financeiro (MR\$ 3.944.524) e o total do Passivo Financeiro (MR\$ 1.320.787).

A dívida ativa tem papel fundamental no balanço patrimonial da Prefeitura, haja vista que corresponde a MR\$ 18.683.221, ou seja, 70,78% do Ativo Real e supera o Passivo Real em 102,42%.

A Portaria nº 564/2004 da Secretaria do Tesouro Nacional, que aprova o Manual de Procedimentos da Dívida Ativa, determina que seja constituída Provisão para Perdas de Dívida Ativa, inclusive para os créditos inscritos de origem tributária, tendo em vista o baixo índice de arrecadação nesta rubrica de receita pelos entes da Federação. Entretanto, no que diz respeito à Dívida Ativa Tributária, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro não vem adotando este procedimento, uma vez que o artigo 204 do CTN determina que a dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída, ou seja, diferentemente do credor privado, a Fazenda Pública não precisa provar a certeza e liquidez do crédito tributário para executar judicialmente o sujeito passivo, cabendo a este provar, de maneira inequívoca, a invalidade do crédito. Acresce ainda o fato de que os valores inscritos na dívida ativa, como impostos, representam valores cobrados coativamente do contribuinte e não devem admitir hipótese de inadimplência, que poderia implicar o término do ciclo com registro definitivo na baixa dos referidos valores, o que, salvo melhor juízo, é natureza de reserva legal, pois o Código Tributário Nacional só admite como hipótese de extinção do crédito tributário as constantes do art. 156 da Lei nº 5.172/1966 e suas alterações.

A maior parte das obrigações do Município é constituída de exigíveis a longo prazo, que montam MR\$ 7.650.662 e representam 82,89% do Passivo Real e 28,98% do Ativo Real. O exigível a longo prazo é formado por operações de crédito internas (MR\$ 6.336.037), operações de crédito externas (MR\$ 509.911) e outras obrigações (MR\$ 804.714).

# DISPONIBILIDADES

---

# COMPOSIÇÃO DA SUFICIÊNCIA DE CAIXA DA PREFEITURA

Em 31/12/2007, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro possuía disponibilidades financeiras no montante de MR\$ 3.944.524, sobre as quais pesava o Passivo Financeiro da ordem de MR\$ 1.472.971, revelando uma suficiência de caixa da ordem de MR\$ 2.471.553.

A tabela abaixo mostra a composição tanto das disponibilidades quanto das obrigações financeiras ao final de dezembro de 2007.

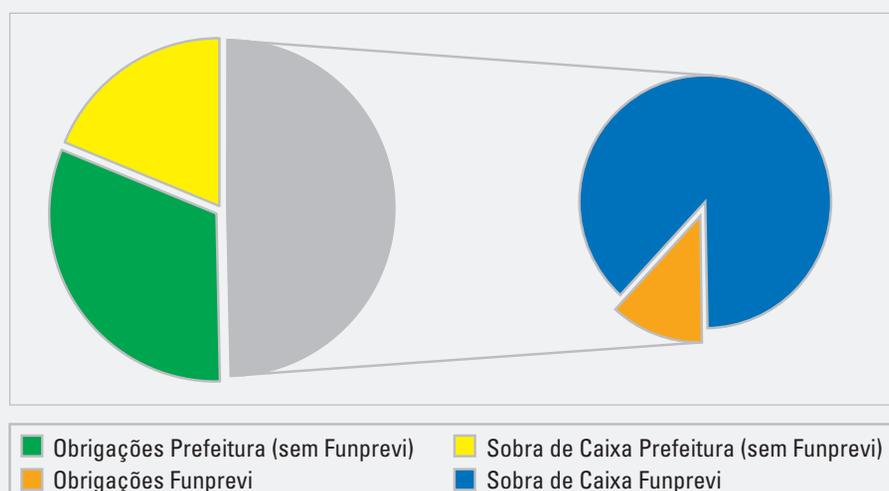
## COMPOSIÇÃO DA SUFICIÊNCIA DE CAIXA DA PREFEITURA DEZEMBRO - 2007

Ativo Disponível	Prefeitura	Funprevi	Sem Funprevi	Obrigações Financeiras	Prefeitura	Funprevi	Sem Funprevi
<b>Caixa</b>	7.953	-	7.953	<b>Depósitos</b>	295.145	65.599	229.546
<b>Banco C/ Movimento</b>	44.619	-	44.619	<b>Restos a Pagar Processados</b>	832.071	167.693	664.377
<b>Banco C/ Vinculada</b>	5.605	155	5.450	<b>Restos a Pagar Não Processados</b>	345.755	3.124	342.631
<b>Aplicações Financeiras</b>	3.730.472	1.868.802	1.861.670	<b>Outras Obrigações Financeiras</b>	-	-	-
<b>Outras Disponibilidades Financ.</b>	155.875	90.376	65.499	<b>Soma</b>	1.472.971	236.416	1.236.554
<b>Soma</b>	3.944.524	1.959.334	1.985.190	<b>Suficiência de Caixa</b>	<b>2.471.553</b>	<b>1.722.917</b>	<b>748.636</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.944.524</b>	<b>1.959.334</b>	<b>1.985.190</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.944.524</b>	<b>1.959.334</b>	<b>1.985.190</b>

Em R\$ Mil

Nota-se que o Funprevi é responsável por 48,49% das disponibilidades da Prefeitura e por 68,56% da suficiência de caixa, conforme representado pelo gráfico abaixo.

## COMPROMETIMENTO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA DEZEMBRO - 2007



## COMPOSIÇÃO DA SUFICIÊNCIA DE CAIXA DA PREFEITURA

É importante destacar que parte das despesas do regime previdenciário é custeada com recursos do Tesouro Municipal, haja vista que este repassa ao Funprevi o montante correspondente ao pagamento integral das aposentadorias dos servidores já aposentados na data de edição da Lei nº 3.344/2001, que disciplina o Regime Próprio de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Município do Rio de Janeiro.

Comparando o valor da sobra de caixa de toda Prefeitura em dezembro de 2007 com a apresentada em dezembro de 2006, nota-se uma elevação da ordem de MR\$ 87.098. Entretanto, se não considerarmos os valores referentes ao regime previdenciário, ou seja, Prefeitura sem Funprevi, o crescimento da suficiência de caixa atingiu MR\$ 242.998, haja vista que em dezembro de 2006 o saldo não comprometido, exceto regime previdenciário, era de MR\$ 505.638, e subiu para MR\$ 748.636 em dezembro de 2007.

# METAS FISCAIS

Esta seção tem como objetivo revelar o desempenho do Município do Rio de Janeiro no exercício de 2007 em relação às metas fiscais determinadas pela Lei Complementar nº 101/2000 e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 3.819/2004). Para dar sentido e finalidade à transparência como princípio da responsabilidade fiscal, a Controladoria Geral do Município apresenta a seguir o desempenho no exercício de 2007, comparando com o desempenho de 2006.

A Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2007 apresenta crescimento de 13,84% em valores nominais, índice superior ao IPCA-E do período, como pode ser observado no quadro e no gráfico a seguir.

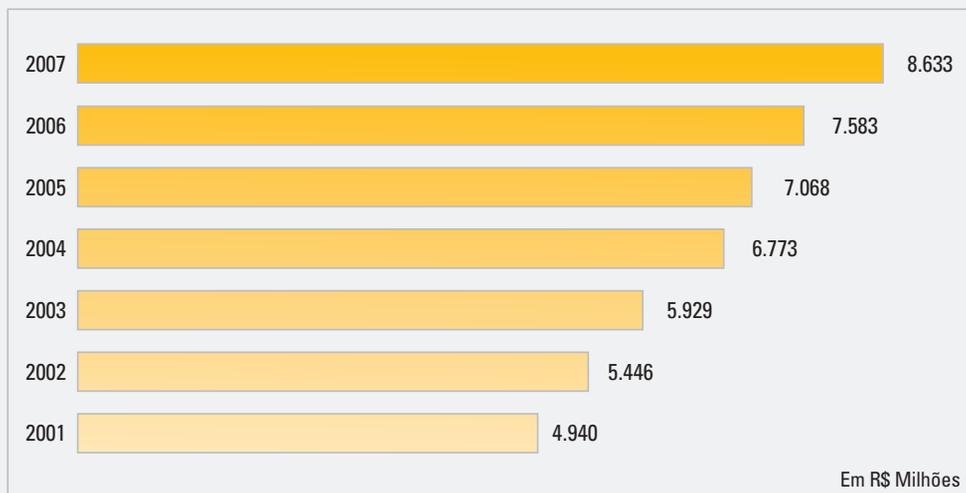
## DEMONSTRATIVO RESUMIDO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2006 E 2007

Especificação	2006	2007
Receita Tributária	3.201.659	3.577.733
Receita de Contribuições	593.691	229.981
Receita Patrimonial	527.618	554.577
Receita de Serviços	94.208	208.044
Transferências Correntes	3.125.394	3.714.077
Outras Receitas Correntes	635.414	578.634
( - ) Gestão Plena	(924)	-
( - ) Compensação entre Regimes Previdenciários	(4.248)	(7.518)
( - ) Contribuição Previdenciária	(589.443)	(222.462)
<b>Receita Corrente Líquida</b>	<b>7.583.369</b>	<b>8.633.065</b>

Em R\$ Mil

# RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

## EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – 2001 A 2007



O resultado primário, que corresponde à diferença entre as receitas e despesas não financeiras, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro no exercício de 2007 alcançou patamar superavitário de MR\$ 193.236, inferior ao superávit de MR\$ 269.408 alcançado em 2006, porém superior ao valor estipulado no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que era de MR\$ 32.786.

# DEMONSTRATIVO RESUMIDO DO RESULTADO PRIMÁRIO – 2006 E 2007

O quadro abaixo demonstra a comparação do resultado primário nos exercícios de 2006 e 2007, mediante a comparação das receitas primárias líquidas, que correspondem à arrecadação do período deduzida dos rendimentos de aplicações financeiras e receitas de juros de empréstimos concedidos, no caso das receitas correntes, e deduzidas, ainda, de receitas de operações de crédito, amortizações de empréstimos e de alienação de ativos, no caso das receitas de capital. Já as despesas primárias líquidas equivalem ao total de despesas orçamentárias, deduzidas despesas com juros e encargos da dívida (despesas correntes), concessão de empréstimos e amortização da dívida fundada (despesas de capital).

Especificação	2006	2007
Receitas Primárias Correntes	7.709.668	8.901.778
Receitas Primárias de Capital	60.304	34.051
<b>Receitas Primárias Líquidas</b>	<b>7.769.972</b>	<b>8.935.829</b>
Despesas Primárias Correntes	6.814.665	7.867.522
Despesas Primárias de Capital	685.899	875.071
<b>Despesas Primárias Líquidas</b>	<b>7.500.563</b>	<b>8.742.593</b>
<b>Resultado Primário</b>	<b>269.408</b>	<b>193.236</b>

Em R\$ Mil

# RESULTADO PRIMÁRIO

Em valores nominais, o resultado primário alcançado em 2007 foi MR\$ 76.172 menor que o encontrado no exercício de 2006.

Já o resultado nominal, que equivale à variação da dívida pública líquida, foi negativo em MR\$ 335.346 em 2007, enquanto que a meta fixada para o resultado nominal do exercício de 2007 pelo anexo de metas fiscais da LDO foi de MR\$ 386.875 negativos, conforme demonstrativo abaixo.

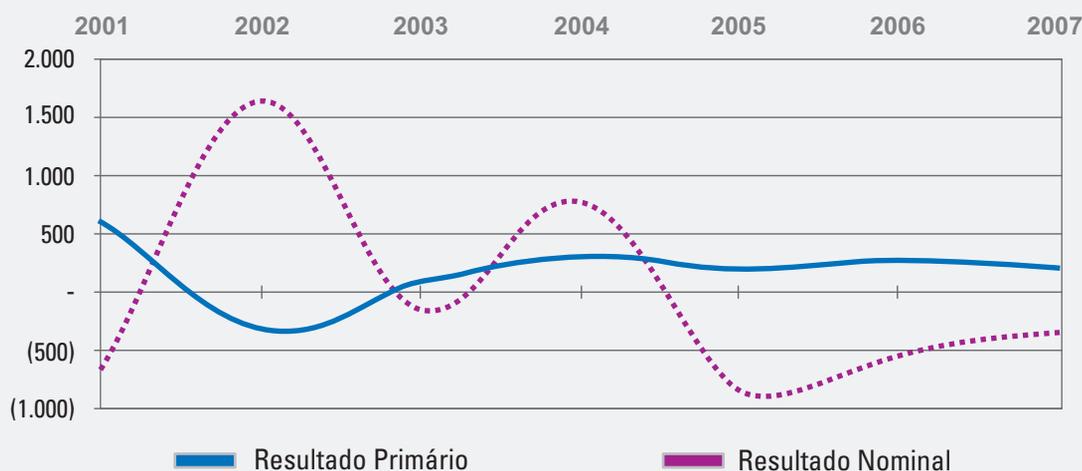
## COMPARATIVO: META FIXADA X RESULTADO REALIZADO - 2007

Resultados	LDO	Realizado	Varição
<b>Resultado Primário</b>	32.786	193.236	160.450
<b>Resultado Nominal</b>	(386.875)	(335.346)	51.529

Em R\$ Mil

O gráfico abaixo demonstra a evolução dos resultados primário e nominal desde 2001.

## EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO E RESULTADO NOMINAL – 2001 A 2007



O resultado nominal apresentou crescimento em relação ao exercício imediatamente anterior, passando de MR\$ 552.530 negativos para MR\$ 335.346 também negativos.

# DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Já a dívida consolidada líquida montou MR\$ 3.597.460 em 31/12/2007, equivalente a 41,67% da receita corrente líquida, conforme demonstrativo abaixo, estando, portanto, dentro do limite do artigo 3º, inciso II da Resolução nº 40 do Senado Federal, que estabelece que o montante da dívida consolidada líquida dos municípios não poderá exceder 120% da receita corrente líquida.

## DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – 2006 E 2007

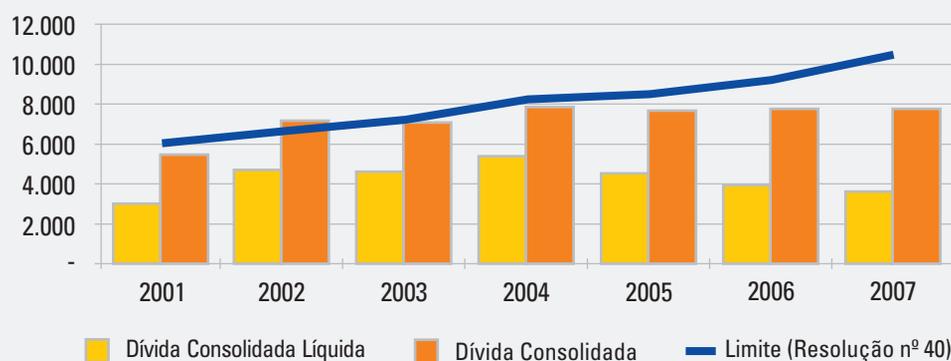
Especificação	2006	2007
Dívida Consolidada	7.608.000	7.650.662
Ativo Financeiro e Haveres Financeiros	(3.684.212)	(4.053.202)
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>3.923.788</b>	<b>3.597.460</b>
Receita Corrente Líquida	7.583.369	8.633.065
Limite definido pela Resolução nº 40 do Senado Federal (1,2 x RCL)	9.100.043	10.359.678
<b>Índice</b>	<b>51,74%</b>	<b>41,67%</b>
<b>Margem Livre</b>	<b>5.176.255</b>	<b>6.762.218</b>

Em R\$ Mil

A dívida consolidada líquida apresentou redução em valores nominais de aproximadamente 8,32% em relação a 2006, embora o montante da dívida consolidada bruta tenha crescido 0,56%.

O gráfico abaixo demonstra a evolução da dívida consolidada bruta, dívida consolidada líquida e do limite para o montante da dívida previsto na Resolução nº 40 do Senado Federal entre os exercícios de 2001 a 2007.

## EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA – 2001 A 2007



# GASTOS COM AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

As liberações de recursos de operações de crédito realizadas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro no exercício de 2007 montaram MR\$ 8.932, oriundos integralmente de captações internas. O total de liberações de recursos de operações de crédito no exercício de 2007 equivaleu a 0,10% da receita corrente líquida, enquanto a Resolução nº 43 do Senado Federal estabelece como limite 16% da receita corrente líquida. Cabe destacar ainda que não houve liberações derivadas de refinanciamento nem operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

Ao ser analisada a despesa realizada com juros, encargos e amortização da dívida, verifica-se que houve um crescimento em valores nominais deste tipo de despesa, porém sua participação sobre a receita corrente líquida caiu, conforme demonstrado pela tabela abaixo. Desta forma, o índice de comprometimento alcançado (9,87%) é inferior ao teto estabelecido pela Resolução nº 43 do Senado Federal, que limita em 11,5% da receita corrente líquida o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada.

## GASTOS COM AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 2006 E 2007

Especificação	2006	2007
Juros e Encargos da Dívida	511.874	541.150
Amortização da Dívida	300.745	310.725
<b>Total</b>	<b>812.619</b>	<b>851.876</b>
Receita Corrente Líquida	7.583.369	8.633.065
<b>% Despesas com Serviços da Dívida / RCL</b>	<b>10,72%</b>	<b>9,87%</b>

Em R\$ Mil

# CONCLUSÃO

Com a apresentação deste relatório e das anexas demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, a Controladoria Geral do Município cumpre uma das suas tarefas oferecendo maior transparência às finanças municipais, além de integrar a prestação de contas de responsabilidade do Poder Executivo da Cidade do Rio de Janeiro.

É fundamental esclarecer que tal apresentação refere-se às posições do patrimônio da entidade pública – Município do Rio de Janeiro – bem como da execução orçamentária da receita e despesa pelas quais são responsáveis cada um dos ordenadores natos e delegados definidos nos precisos termos do Código de Administração Financeira do Município (Lei nº 207/80).

Assim, como conseqüência desta apresentação, teremos as prestações de contas individuais de cada um desses ordenadores que serão, no devido prazo, examinadas pela Auditoria Geral do Município.

# EQUIPE DE ELABORAÇÃO

## EQUIPE DA COORDENADORIA GERAL DE NORMAS E INFORMAÇÕES GERENCIAIS

### COORDENADORIA DE ESTUDOS E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

**Coordenador: Marcos Mizurine**

Israel Pinto Borges  
Jacqueline Ferreira Dutra  
José Luiz Ribeiro de Brito  
Marcelo Cardoso Paes de Loureiro  
Raquel de Souza  
Rodrigo Drummond de Paiva

### COORDENADORIA DE NORMATIZAÇÃO, ORIENTAÇÃO E INTEGRAÇÃO ORGANIZACIONAL

**Coordenador: Jorge Willian Ponzo Mathias**

Adriana de Oliveira Silva  
Amanda Sheila Ferreira Fontoura  
Amaury Rodrigues Ferreira Lima  
Ana Amélia de Almeida Magalhães  
Ana Cláudia Farias Rodrigues  
Carlos Eduardo Galvão Bandeira  
Enes Fernandes Tunala  
Etelvina Maria Cortes Medeiros  
Gilmar Cordeiro da Costa  
Gustavo de Moraes Azeredo  
Iara de Azeredo Campos  
Inácio Pimentel de Nazareth  
Jorge dos Santos  
Luís Antonio de Loyola Reis  
Marcelo Costa Coqueijo  
Mário Renno da Silva  
Maurício Cabreira Esquerdo  
Michel Benjamin Lutfi Filho  
Miguel Ângelo Campos Teixeira  
Paula Tavares Alves  
Rita Gonçalves Alonso

# EQUIPE DE ELABORAÇÃO

## COORDENADORIA DE ESTUDOS E ANÁLISE DE CUSTOS

**Coordenador: Geraldo de Abreu Júnior**

Adilson de Souza Soares

Carlos Henrique Teles Gonçalves

Haroldo Figueiredo

Isabela Rebouças Chaves

Jeane de Souza Coutinho

Marco Antônio de Almeida Peba

Raimundo dos Santos Contreiras Júnior

Sílvia Teixeira Tavares

## EQUIPE DO GABINETE DO CONTROLADOR GERAL

Antonio César Lins Cavalcanti

Marcia Cristina de Lima Aldy

## EQUIPE IPLANRIO / UNIDADE FUNCIONAL DA CONTROLADORIA

Marcelo de Souza Castilho

## EQUIPE IPLANRIO / SISTEMA FINCON

Albina Poyares de Mello

Lilian Guimarães

## EQUIPE DA CONTADORIA GERAL

Adriana Cristina Camões Brandão

Adriana Soares Ferreira

Alessandro Teodoro de Souza

Alexandre Henrique Silva de Souza

Alexandre Torres da Cunha

Aline Ferreira da Silva Teixeira

Almir Pinto de Souza

André Luiz Fernandes Fraga

Andréa da Rosa Boscarino

Carlos Alberto Baptista

Carlos Correa Costa

Carlos Maurício Borup de Bakker

Cesar Maurício Gomes Soares

Cláudia Regina Faig Torres Moura

Cláudio Dias

Clivaldo Guimarães Paes

Elizabeth Coo Moledo

Elsa Moreira da Silva

Flavio Vital de Oliveira Vasco

Gabriela Mendonça de Oliveira

Gessy Augusto do Nascimento

Ivanilde dos Santos

Ivanisia Toscano de Medeiros Barreto

Ivone Teixeira Vasques

Janete Prudente Gomide

José Augusto Vieira Campos

José Paulo de Menezes Junior

Laerce Constancia de Carvalho

# EQUIPE DE ELABORAÇÃO

## EQUIPE DA CONTADORIA GERAL (CONTINUAÇÃO)

Luiz Antonio Soares Carrete	Regina da Cruz Ribeiro
Luiz Carlos Santos	Regina Monteiro do Nascimento
Luiz Eduardo Alcantara de Almeida	Ricardo Araújo da Cunha
Luiz Francisco Barata Meireles	Rita de Cássia Pinheiro
Marcelo Volker Garcia	Romildo Teixeira Lacerda
Márcia Francisconi dos Santos	Rosana da Silva Marques Simões
Marcia Maria Alves Pinheiro	Rosângela Pereira Ramos
Marcio Martins Loureiro	Sebastião Machado de Carvalho
Maria das Graças Maia Cordeiro	Sergio Murta Ribeiro
Maria de Fátima Gouveia	Silvana Maria Nava Gomes
Marisa Nogueira Campos	Vânia Ribeiro Pellizzaro
Nádia Assunção Fernandes Neves	Vera Lúcia de Vasconcellos Costa Mattos
Nelma Godinho Costa Lima	Wagner Souza de Andrade
Nilcéa Regina Leal	Walter José Ferreira
Noemia de Oliveira Sousa	Walter Luís Dias Leal
Paulo da Silva Andrade	Wellington de Oliveira Frota
Paulo Roberto dos Santos	Zanoni Carvalho Barcellos

**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Rua Afonso Cavalcanti, 455 / Sala 1582 • Cidade Nova  
CEP 20211-901 • Rio de Janeiro • RJ • Telefone: (21) 2503-2967  
E-mail: [acs.cgm@pcrj.rj.gov.br](mailto:acs.cgm@pcrj.rj.gov.br) • Web: <http://www7.rio.rj.gov.br/cgm>